

PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV

GVces

NÚMERO 74
MAIO 2013



MUDANÇA CLIMÁTICA

ADAPTAÇÃO

Por que esta agenda ainda não ganhou toda a atenção que merece

FINANCIAMENTO:
Em busca de
"dinheiro novo"

CIDADES E EMPRESAS:
Conheça histórias de
quem saiu na frente

DELFIN NETTO:
"Vivemos uma imensa
falha de mercado"

Cada vez mais, as pessoas estão descobrindo
que têm um enorme poder nas mãos.

O poder de escolha.

Com ele, você passou a dar o tom.

E as empresas passaram a ouvir mais do que falar.

Já existe um banco assim: o Santander.

Escolha o banco que se reinventou
a partir do que sua vida precisa.

Para você realizar cada vez mais.

SUA VEZ.

SUA VOZ.

SEU BANCO.

 **Santander**

um banco para suas ideias

santander.com.br

É da nossa **natureza**

Uma agenda ampla, difusa e transversal que tantas vezes se confunde com a do próprio desenvolvimento sustentável: é nos seus grandes desafios que reside a beleza do tema abordado nesta edição – a adaptação aos efeitos da mudança climática.

Adaptar-se é da natureza da matéria viva. A evolução da vida na Terra é uma épica história de adaptação contada em bilhões de anos. Entre as espécies mais resilientes está a humana, uma das poucas capazes de habitar qualquer bioma. Ao mesmo tempo, é a única a impor a todas as outras uma mudança radical no ambiente, em ritmo que ela mesma tem tido dificuldade de acompanhar.

Nos últimos 200 anos, o clima – bem provavelmente potencializado por causas antrópicas – mudou tanto e de modo tão brusco que seus efeitos serão sentidos por muito tempo. Ainda que se obtenham conquistas no campo da mitigação, com redução nas emissões de carbono, a necessidade de investimento em adaptação se impõe como nunca.

Mas, para colocar esta agenda em prática, deparamo-nos com um desafio inicial: como delimitar políticas objetivas que justifiquem captação de recursos adicionais, uma vez que qualquer agenda mais ampla de desenvolvimento – como educação, saúde e fortalecimento da economia – pode ser considerada forma de aumentar a resiliência de uma população diante de condições mais inóspitas do ambiente.

Outra questão é como desenhar planos de adaptação a múltiplas mãos, envolvendo atores variados como o poder público – nacional e regional –, organismos multilaterais, iniciativa privada e comunidade científica, todos trabalhando em cima de uma matéria de caráter tão transversal.

Não bastasse isso, são as camadas pobres, sobretudo em países em desenvolvimento, que mais terão de superar esses desafios, por serem justamente as mais vulneráveis. Por conta desses fatores, adaptação é um assunto que exige muita construção de conhecimento, debates, políticas e ações efetivas – agora e depois.

Boa leitura!

PAGINA22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury



Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP

COORDENADOR Mario Monzoni
VICE-COORDENADOR Paulo Durval Branco
COORDENADOR ACADÊMICO Renato J. Orsato
JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Leticia Freire
REPÓRTER Thais Herrero
EDIÇÃO DE ARTE Amanda Abad e Marcius Marques
www.vendoeditorial.com.br
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz (seções)
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO
Ana Cristina d'Angelo, Andrei Cechin, Arthur Fujii, Bruno Bernardi, Clarice Couto, Eduardo Shor, Flavia Pardini, Gisele Neuls, José Alberto Gonçalves Pereira (edição e textos), Lydia Minhoto, Magali Cabral, Mônica C. Ribeiro, Ricardo Abramovay, Tão Gomes Pinto
JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.790)

ANUNCIE

COMERCIAL E PUBLICIDADE
Nominal Representações e Publicidade
Mauro Machado
mauro@nominalrp.com.br
(11) 3063.5677

REPRESENTANTE EM BRASÍLIA
Marketing 10 – José Hevaldo
jh@marketing10.com.br
(61) 3326-0110 / 3964-2110 / 9229-0727

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22

CONSELHO EDITORIAL
Aerton Paiva, Alexandra Reschke, Ana Carla Fonseca Reis, Aron Belinky, Eduardo Rombauer, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães, Roberto S. Waack

IMPRESSÃO Pigma Gráfica e Editora
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição
TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.

APOIO




A REVISTA PÁGINA22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC, DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS, AMBIENTAIS, ECONÔMICOS, E DE OUTRAS FONTES CONTROLADAS.

creative commons PÁGINA22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADERIU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

Para receber PÁGINA22 gratuitamente, acesse pagina22.com.br/novo_leitor



Caixa de **entrada**

Comentários de leitores recebidos por email, redes sociais e no site de PÁGINA22

INBOX

[Terceiro ato – edição 73]

Excelente matéria. Importantíssimo trazer esse tema (Investimento Social Privado) para o debate. É preciso evoluir nessa área. Ilustrar o que se passa é a melhor forma. Parabéns!

Rachel Biderman

[O papa que saiu do fim do mundo – edição 73] - Muito bom, Tão

(Gomes Pinto), aliás, como tudo o que você escreve. Saudades.

Cleide Cruz

[Bicarro solar com cara de Romi-Isetta – Blog De Lá Pra Cá]

Com uma bateria com autonomia de 48 km e ainda energia solar dá para ir e voltar do serviço sem precisar encostar o pé no pedal! Para mim seria ótimo!

Raquel Cristina Loyola

[Educação Ambiental. – Presente! – Blog da Redação] Excelente a iniciativa. Vamos ver a qualidade do material didático e das práticas inovadoras que serão apresentadas aos alunos para disseminar o conhecimento da sustentabilidade e da preservação do meio ambiente.

Luciano Bortoncello

[Edições] Olá, time da PÁGINA22:

aprecio a publicação e é bom saber que a sua evolução é incessante... Ecoabraços do Instituto EcoInovação.

Marlene Greem

Recebi ontem duas edições da Revista PÁGINA22. Temáticas interessantíssimas, projeto gráfico muito legal e abordagem diferenciada de temas atuais.

Recomendo! Helen Santa Rosa

12 ENTREVISTA Delfim Netto critica o uso do pensamento de Nicholas Georgescu-Roegen para o combate ao crescimento e diz que tem "chão pra burro" até o Sol apagar. E defende que se precifiquem as externalidades para corrigir falhas de mercado

18 CAPA Há milhares de anos a espécie humana busca ajustar-se a transformações no ambiente. Desta vez, no entanto, a mudança tem sido muito mais veloz que as ações e políticas necessárias para responder aos efeitos do aquecimento global

30 FINANCIAMENTO Somente o alcance de recursos adicionais demonstraria avanço real nas iniciativas de adaptação para além do que é investido por meio de políticas públicas nacionais

40 CIDADES Municípios brasileiros começam a planejar e adotar medidas de adaptação. Mas, na maioria dos casos, as ações visam resolver problemas imediatos, mais do que prepará-las para uma mudança climática profunda no futuro

Seções



- 06 Notas
- 08 Economia Verde
- 28 Web
- 29 Página Cultural
- 38 Radar
- 39 Análise
- 48 Daqui Pra Lá
- 49 Coluna
- 50 Última

CAPA Fotografia: Leticia Freire

ENTREVISTA | ANDRE DEGENSZAJN

Investimento Social Privado: a palavra do Gife

Para aprofundar o debate sobre o Investimento Social Privado (ISP), tema da edição número 73 de PÁGINA22 – sobretudo em relação aos questionamentos levantados na reportagem “Terceiro ato”, sobre a forma como as empresas operam o ISP no País –, procuramos o secretário-geral do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), Andre Degenszajn, que nos concedeu a seguinte entrevista. – POR MAGALI CABRAL

Como o Gife qualifica o debate sobre um eventual conflito entre interesses público e privado, particularmente quanto à utilização, em alguns casos, de incentivos e isenções fiscais oferecidos pelo governo?

O tema das isenções, incentivos e imunidades é muito sensível. Há um senso comum de que existe uma apropriação indevida do recurso público por um interesse privado. É um preconceito que omite a própria lógica do incentivo e bloqueia o olhar sobre os projetos que estão sendo feitos e seus resultados. As isenções partem de um reconhecimento de que existe um potencial no ente privado de fazer avançar certas áreas que o governo decidiu priorizar. A preocupação deveria ser muito mais em avaliar o impacto que esses incentivos têm conseguido do que questionar uma legitimidade logo de saída. Os incentivos fiscais têm potencial para fomentar ainda mais recursos para agendas de interesse social. A posição do Gife é de que é legítimo utilizar incentivos nessas ações.

E quanto ao alinhamento das ações sociais ao tema do negócio da empresa?

O Gife tem institutos independentes e familiares que não estão envolvidos nessa dicotomia. Assumindo que esse recorte é empresarial, durante certo tempo existiu uma visão de que os investimentos sociais deveriam ser absolutamente dissociados da empresa. Mas o alinhamento mostrou um potencial de impacto muito maior no resultado das ações sociais.

Se a empresa é beneficiada, por que não fazer a ação social diretamente? Criar uma personalidade jurídica diferenciada, com outros tipos de encargos tributários, não pode gerar um problema de governança?

Temos muitas empresas que investem diretamente. Mas nos institutos esses ganhos não são evidentes, a não ser em áreas com

incentivos específicos, como na cultura [Lei Rouanet]. Se pegarmos todo o volume de recursos investidos pela rede Gife, só 15% são feitos em regime de incentivo fiscal. A maior parte dos investimentos é para a área de educação, que não conta com incentivos. Ou seja, não existe uma situação que se pautar pela busca de incentivos, ou, se existir, é periférica. Se fosse assim, todos investiriam em cultura, com incentivos que podem chegar a 70%. A lógica do ISP não está colada na existência dos incentivos.

O ISP também beneficia a reputação e a imagem da empresa.

Toda empresa, ao associar a sua marca a ações sociais, tem um ganho de imagem e reputação. Mas há quem defenda a não criação de institutos para evitar uma percepção pública de que tudo que é bom está no instituto e tudo que é ruim está na empresa. Nesse caso, seria melhor que o ISP fosse feito diretamente pela empresa, para que os impactos do negócio não se dissociassem da ação social. Acreditamos que muitas companhias recuem da decisão de montar um instituto para gerar essa maior sinergia entre o investimento social e os seus interesses.

Existe uma preferência das empresas por temas de consenso, como educação, esportes. O Gife pode influenciar nessa escolha de modelo de ação social, de modo que algumas áreas, como direitos humanos e reforma agrária etc., não fiquem descobertas de atenção?

Em 2010, o Gife publicou uma visão de seus 10 anos postulando que deveríamos caminhar para um setor mais relevante e legítimo e, dentro desse eixo, era preciso um setor não tão concentrado no investimento empresarial, mas também com investidores independentes, familiares e comunitários.



GIFE/Divulgação

Essa diversidade está associada a uma capacidade de maior abrangência de temas. O investimento empresarial não vai se vincular a certos temas pela natureza do investimento. É pouco provável que uma organização trabalhe com temas controversos, como a legalização do aborto, embora absolutamente legítimos. É uma rota de potencial conflito, mas pode haver exceção. O último Censo Gife mostrou que a área que mais cresceu foi a de defesa de direitos. De alguma forma essas agendas estão entrando mais no campo de investimento social. Mas não é papel do Gife orientar modelos de investimentos. Cuidamos para que o ISP seja coerente, sustentável a longo prazo e estrategicamente planejado.

Mais sobre o assunto na publicação *O Papel dos Institutos e Fundações na Atuação Socialmente Responsável da Empresa*, acessível em goo.gl/XTuzW.

[ERRATA] O número correto da lei que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente é 6.938/81, e não 9.638/81, como publicado na reportagem “Ganho de Corpo”, na edição impressa número 72.

A gente lê o mundo.



Uma nova revista, feita de um jeito totalmente diferente: a cada edição, uma seleção das melhores reportagens e artigos sobre os temas mais importantes da atualidade, publicados pela imprensa independente brasileira e mundial. Quem lê Samuel lê o mundo.

Assine agora - (11) 3512-9424

www.revistasamuel.com.br

06 edições { À vista R\$ 59,90 ou em 3x

12 edições { À vista R\$ 119,90 ou em 3x

Embalados em discórdia | Acordo setorial para logística reversa de embalagens patina há dois anos **GISELE NEULS**

O sonho dos legisladores, ao aprovar a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), em 2010, era de que em quatro anos o Brasil estaria livre dos lixões. Para isso, apostaram que a meta seria atingida com incentivos à coleta seletiva e à reciclagem de embalagens. Afinal, papéis, plásticos, vidros, metais ferrosos e alumínio compõem 31,9% do que o brasileiro, em média, coloca indiscriminadamente nos sacos de lixo todos os dias. A expectativa era de que o acordo setorial que implantará a logística reversa das embalagens saísse até o fim de 2011. Mas a negociação não avançou, há propostas conflitantes na mesa e ninguém se atreve mais a falar em datas.

Algo como 4 mil caminhões de lixo cheios de embalagens pós-consumo, que somam 58,5 mil toneladas diárias de resíduos [1], poderiam voltar à linha de produção. Tal façanha, contudo, requer muito dinheiro – são necessários R\$ 3 bilhões só para implantar o sistema em todos os municípios brasileiros, sem contar o custo operacional médio de R\$ 230 mil mensais. Os dados são do estudo de viabilidade técnica e econômica elaborado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibama). No trabalho, considera-se um modelo que alia coleta seletiva porta a porta, entrega voluntária, cooperativas de catadores, centrais de beneficiamento e postos de estocagem regionais.

São os mesmos elementos da proposta de acordo entregue à ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, por uma coalizão de 21 empresas e associações em dezembro. Liderada pelo Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), a coalizão propõe-se a aportar recursos para

estimular a coleta seletiva e a instalação de pontos de entrega voluntária, melhorar a estrutura das cooperativas de catadores e realizar campanhas educativas. A ideia é começar pelas 12 cidades-sede da Copa do Mundo de 2014 e suas regiões metropolitanas, responsáveis por cerca de 30% em peso do lixo urbano do País, e expandir a cobertura à medida que os demais municípios iniciarem seus esquemas de coleta. “Dependemos fortemente da evolução da coleta seletiva. Se essa parte da PNRS não for implementada, não teremos como cumprir um acordo setorial de logística reversa”, afirma Renault Castro, diretor-executivo da Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alta Reciclabilidade (Abralatas).

Mesmo que a implantação da coleta estivesse resolvida, haveria um desafio difícil de superar – os custos operacionais. O Ibama calculou que o transporte até os galpões de triagem custará R\$ 18 mil por mês nas cidades com mais de 250 mil habitantes. Mais R\$ 19,8 mil seriam gastos para levar os resíduos separados até centrais de beneficiamento. Embora o instituto estime que o sistema ajudará as prefeituras a economizar R\$ 12 mil mensais com a coleta normal de lixo, a conta não fecha. Os pontos de entrega voluntária também não saem baratos: R\$ 27,4 mil por mês. Segundo Castro, a proposta da coalizão prevê que as empresas participem dessa conta, inclusive sob compromisso de compra do material reciclado das cooperativas. Mas ele não dá mais detalhes do estudo.

Para a Associação Brasileira da Indústria de Vidro (Abividro), a melhor forma de enfrentar esses custos é criar uma agência que gerencie o sistema. Em sua proposta, também encaminhada ao Ministério do

Meio Ambiente (MMA), em vez de apoiar prefeituras e cooperativas diretamente, as indústrias calculariam o custo da logística reversa de seus produtos e repassariam o valor à agência. Desse modo, cada setor contribuiria proporcionalmente ao volume de resíduos que gera, assim como cada consumidor.

Além de mais justo e passível de controle, o modelo centralizado contemplaria outros dois princípios da PNRS – redução e reúso –, defende o superintendente da Abividro, Lucien Belmonte. Nessa proposta, vidro, aço e outros metais saem ganhando, visto que cada um responde por menos de 3% do lixo que vai parar nos lixões e aterros. Porém, a conta pesa para plásticos e papéis, cada um com 13% do volume de resíduos.

A coalizão discorda da gestão centralizada. Renault Castro, da Abralatas, teme que isso crie uma situação de mercado adversa para alguns setores e aposta no livre mercado como melhor regulador. “No modelo centralizado, a agência definiria o preço dos recicláveis, em vez de estes serem formados pelo mercado.”

Lucien Belmonte rebate: “A coleta de embalagens de agrotóxicos e óleos lubrificantes estão aí para mostrar que os sistemas que melhor funcionam são os centralizados”. Nenhum dos dois, no entanto, arrisca prever quando o setor estará pronto para assinar um acordo. Procurado por nossa reportagem, o MMA informou por meio de sua assessoria de imprensa que não falará sobre o assunto antes do início das negociações em torno do acordo setorial da logística reversa das embalagens.

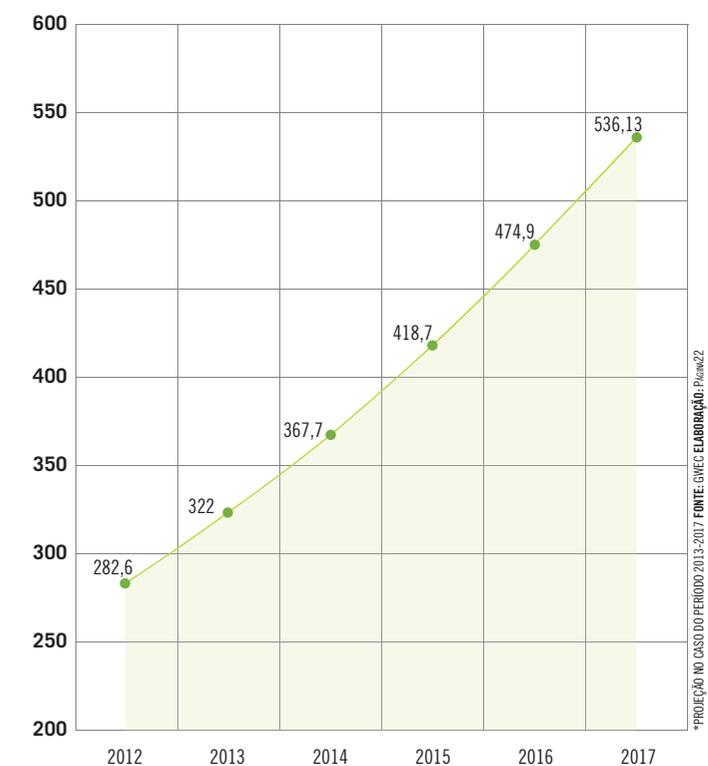
[1] Diagnóstico dos Resíduos Sólidos Urbanos/Ipea, números relativos a 2008. Disponível em bit.ly/11iS5Nr.

Emergentes puxarão fonte eólica

Tendência inédita na indústria mundial de energia eólica, o maior potencial de crescimento da fonte nos próximos cinco anos encontra-se nos países em desenvolvimento – sobretudo, China, Índia, Brasil e mercados latino-americanos, africanos, como África do Sul, e asiáticos, a exemplo de Mongólia, Paquistão, Filipinas e Tailândia. Segundo o relatório anual do Conselho Mundial de Energia Eólica (GWEC, na sigla em inglês), publicado em abril, a capacidade instalada de geração eólica deverá quase dobrar entre 2012 e 2017, quando a entidade projeta produção de 536,13 gigawatts (GW).

O apetite desses países por energia limpa compensará o crescimento mais modesto em mercados importantes do mundo desenvolvido, que enfrentam conjuntura econômica adversa e incertezas na política climática. No ano passado, o setor registrou novo recorde de expansão da capacidade instalada, que agregou 44,8 GW, acumulando um total de 282,6 GW – equivalentes a mais que o dobro de toda a geração elétrica do Brasil (atualmente de 123,3 GW, de acordo com o Banco de Informações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica, Aneel). O relatório do GWEC pode ser acessado em bit.ly/17GpBBU. (JAGP)

CAPACIDADE DE GERAÇÃO EÓLICA NO MUNDO, EM GW*





Na **berlinda** Desaceleração econômica coloca na mesa necessidade de revisão da meta brasileira para cortar emissões de carbono na indústria **POR MAGALI CABRAL, JOSÉ ALBERTO**

GONÇALVES PEREIRA E LETICIA FREIRE

Depois de consulta pública eletrônica realizada no ano passado [1], ficou pronto o Plano Indústria [2], um esforço setorial brasileiro para reduzir as emissões de CO₂ até 2020. A proposta, que visa diminuir em 5% as emissões industriais previstas para 2020, aguarda agora uma vaga na agenda da presidente Dilma Rousseff para ser anunciada. Nesse interim, porém, surgiu um questionamento: a meta de 5% poderá ser alcançada sem uma melhora significativa de eficiência do setor?

Quando o PIB cresce em ritmo mais lento ou decresce, as emissões tendem a acompanhar a tendência e declinam, como vem ocorrendo na Europa desde 2008. Fica mais fácil, portanto, cumprir a meta sem a necessidade de um grande esforço em termos de modificação na matriz energética e investimentos em tecnologias limpas.

É mais ou menos o que acontece no Brasil. A projeção de emissões para 2020 baseou-se em uma estimativa de aumento anual médio de 5% no Produto Interno Bruto (PIB) no período 2005-2020. No entanto, o crescimento médio deve ficar em 3,6% entre 2005 e 2014 (considerando-se as projeções do mercado para este e o próximo ano, apuradas pelo *Boletim Focus*, do Banco Central). Mesmo no cenário otimista de crescimento de 5% ao ano a partir de 2015, a média para o período 2005-2020 seria levemente engordada, para 4,1%, ainda assim inferior à estimativa inicial de 5%.

A questão é levantada por Braulio Pikman, especialista em mudança climática e membro do Painel Metodológico do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) do Protocolo de Kyoto. "O nó está na base do cálculo das emissões, feito conforme uma estimativa de crescimento que não está acontecendo", aponta Pikman. De qualquer maneira, o plano prevê revisão bianual da meta, que poderá ser ampliada.

"Em vez de utilizar o montante das emissões previsto lá atrás, o governo precisa usar o volume observado nos dois anos imediatamente anteriores à revisão bianual, para ajustar a curva e recalcular as metas de redução. Dessa forma, mantém-se o incentivo para o setor buscar maior eficiência em uso de energia e processos", recomenda Pikman.

Para Alexandre Comin, diretor de competitividade industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), ainda é cedo para conhecer com maior precisão o impacto da

desaceleração da economia no conjunto das emissões. "Por isso, não vejo necessidade por ora em tentar 'acertar' a meta com a trajetória de crescimento efetivo." O MDIC também prefere não comentar por enquanto propostas específicas para a revisão bianual do Plano Indústria.

O problema é de outra ordem, na opinião de Paula Bennati, gerente-executiva de meio ambiente e sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em sua análise, a diminuição no ritmo de crescimento econômico do País não facilitará o cumprimento da meta de emissões da indústria, como se especula. "Apenas começamos a gestão de nosso carbono. Não se conhece, por exemplo, o quanto emitem as pequenas e médias empresas", assinala. O grupo de trabalho que estabelecerá orientações técnicas para a elaboração dos inventários de emissões no âmbito do plano foi recém-criado e atualmente faz o levantamento das práticas de relato de emissões em cada setor.

Importante para o sucesso do compromisso federal voluntário [3] de mitigação de emissões até 2020, o Plano Indústria engloba inicialmente ações nos setores de alumínio, cimento, papel e celulose, químico, cal, vidro e aço. Seu objetivo é tornar mais eficiente a porção fabril das indústrias, em vez de funcionar como um obstáculo ao crescimento econômico, enfatiza Alexandre Comin.

A projeção das emissões da indústria associadas ao uso de energia e aos processos industriais para 2020 é de 324,4 milhões de toneladas de gases de efeito estufa (GEE), medidas em CO₂ equivalente. Conforme preconiza o Plano Indústria, caberá às empresas deixar de jogar na atmosfera 16,2 milhões de toneladas de CO₂ equivalente, reduzindo a emissão total para 308,2 milhões de toneladas. Tal redução é que pode ser atingida bem antes de 2020, por causa do crescimento mais modesto da economia.

Se a hipótese se confirmar, a conquista antecipada da meta de 2020 pode se transformar em uma indesejada vitória de Pirro da política climática do Brasil.

[1] Realizada de 15 de junho a 15 de agosto de 2012. [2] Como é conhecido o plano setorial de redução nas emissões do uso de energia e dos processos industriais. Consulte a versão do plano anterior à consulta pública no link bit.ly/17NGHxE. [3] A Política Nacional sobre Mudança do Clima (PNMC) prevê corte nas emissões de CO₂ equivalente na faixa de 36,1% a 38,9% até 2020. Trata-se de uma redução em relação ao cenário tendencial para 2020.

ENTREVISTA THOMAS KOLSTER

COMERCIAL DA COCA-COLA ESQUENTA DEBATE SOBRE A TRANSPARÊNCIA NA PUBLICIDADE

A campanha publicitária antiobesidade que a Coca-Cola lançou em janeiro nos Estados Unidos já é vista como um dos acontecimentos mais emblemáticos do novo papel que a sociedade demanda das grandes companhias, sobretudo as que vendem produtos com impactos negativos sobre a saúde humana e o meio ambiente (veja o comercial no link bit.ly/127xEYq). Para analisar a campanha da Coca-Cola e esse novo papel da publicidade, PÁGINA22 ouviu, por Skype, o dinamarquês Thomas Kolster, que lançou em 2012 o livro *Goodvertising* pela editora Thames & Hudson, de Londres.

A obra aponta como a publicidade pode criar valor para a marca, as pessoas e o planeta simultaneamente. Kolster fundou em 2012 a agência Goodvertising, baseada em Copenhague, e lançou este ano a plataforma colaborativa WhereGoodGrows, cuja finalidade é compartilhar boas práticas em publicidade sobre temas de sustentabilidade (wheregoodgrows.com). (JAPG)

O senhor tem comentado que a campanha publicitária antiobesidade lançada pela Coca-Cola nos Estados Unidos em janeiro motiva uma competição positiva para a comunicação sobre sustentabilidade. Qual é a razão de tamanho otimismo?

Antes de mais nada, penso que esse movimento da Coca-Cola é vital, porque é uma empresa que exerce impacto significativo sobre a vida das pessoas. Além disso, também mostra enormes mudanças em curso no mundo corporativo. Quando um grande *player* como a Coca fala explicitamente pela primeira vez que seus produtos podem causar obesidade, isso detona um novo tipo de competição entre as empresas. Uma competição não mais limitada aos parâmetros usuais do mercado, mas com foco ampliado para o poder da publicidade na resolução de questões sérias, como a obesidade e outros temas da agenda de sustentabilidade.

Mas uma coisa de que não gostei no comercial, que para mim é uma grande falha, é que a Coca-Cola termina o anúncio dizendo que é uma das muitas fontes de açúcar e alto

nível de calorias. Penso que deveriam centrar-se apenas neles mesmos, em vez de dividir a responsabilidade com outras empresas.

Isso não significa necessariamente que as companhias estão praticando na vida real tudo o que anunciam em termos de ações em prol da sustentabilidade.

De forma alguma. Isso é um problema hoje para as companhias que dizem uma coisa e fazem outra. Por exemplo, quando anunciam ações positivas de sustentabilidade, mas fazem *lobby* por detrás das cortinas para mudar regulamentos a seu favor.

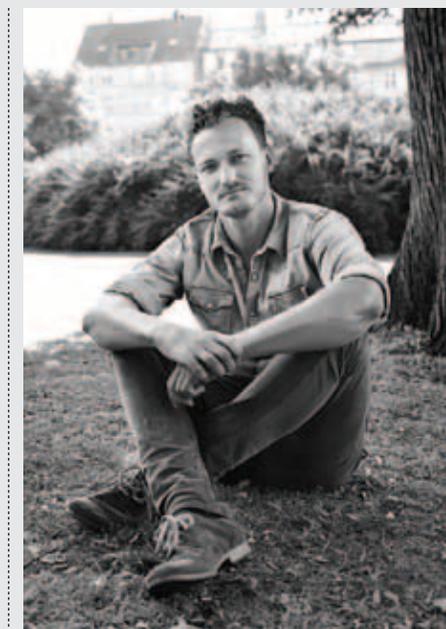
Um estudo publicado recentemente pelo Worldwatch Institute, de Washington D.C., levanta a preocupação sobre a relação entre publicidade e aumento do consumo material, que teria sido reforçada na internet (leia nota "Internet reforça consumismo", publicada na edição 73). Como vê essa posição. Como vê essa posição mais pessimista que a sua em torno da publicidade?

Penso que a publicidade tem um enorme papel a desempenhar na sociedade, tem muito poder. A indústria publicitária faturou mais de meio trilhão de dólares em 2012 em todo o mundo. Aprecio a análise do Worldwatch, quando diz que a fronteira entre conteúdo e propaganda ficou mais turva na internet.

Mas minha missão com *Goodvertising* foi também ver quando as coisas ficam mais transparentes, quando os consumidores tornam-se mais bem informados, com várias empresas mudando para a "Goodvertising" (*conceito desenvolvido por Kolster para a publicidade mais transparente e responsável*). São companhias, como a alemã Puma, que não mais centram sua atuação apenas na geração de lucro. É animador mostrar companhias que estão fazendo o melhor para as pessoas e o planeta, por exemplo, construindo marcas de longo prazo.

Qual é o lugar da transparência na publicidade sustentável?

Acredito que precisamos dotar os



produtos de maior transparência quanto a seu processo de produção, de modo que o consumidor escolha com maior facilidade itens mais sustentáveis. Criatividade comercial é fundamental para a venda de produtos sustentáveis. Não sei se o modelo de selos e relatórios anuais de fato ajudarão o consumidor a longo prazo.

O governo deveria interferir para assegurar correspondência entre propaganda e realidade na propaganda sobre produtos sustentáveis?

Idealmente, os governos deveriam estabelecer uma linha de base como padrão mínimo para um produto ser anunciado como verde, sustentável. Isso não diz respeito muito sobre publicidade, é mais sobre regulação.

Sem uma linha de base, a concorrência pode ser desleal entre as companhias, prejudicando as que mais investem em produtos verdes, que muitas vezes são mais caros.

Penso que o mercado segue na direção correta. Comunicação sobre sustentabilidade é uma novíssima disciplina. À medida que as companhias se tornam mais transparentes, a indústria da publicidade também tenderá a seguir o mesmo caminho.

O desenvolvimento e seus truques

POR AMÁLIA SAFATLE E JOSÉ ALBERTO GONÇALVES PEREIRA FOTO ARTHUR FUJII

Na bela casa ajardinada do bairro paulistano do Pacaembu, onde **Antonio Delfim Netto** trabalha, a passarinhada não dá trégua. Ao transcrever esta entrevista, é possível ouvir a cantoria ao fundo, no gravador, a cada vez que a voz do professor se amansa. A temática ambiental acalorou esta conversa algumas vezes, motivada por uma inspiração quase esquecida: Nicholas Georgescu-Roegen (1906-1994), o matemático e economista romeno considerado pai da Economia Ecológica, homenageado recentemente na FEA-USP, com a participação de Delfim. Na ocasião, foi lançada a versão brasileira do livro *O Decrescimento – Entropia – Ecologia – Economia* (Ed. Senac), com prefácio do professor José Eli da Veiga.

Contemporâneo de Delfim Netto em uma passagem pela FEA, Georgescu lançou a ideia de que a economia depende da capacidade de recarga da natureza e dos limites ecológicos. Portanto, não poderia ser distanciada das Ciências Naturais e muito menos estaria imune à Segunda Lei da Termodinâmica, que trata da entropia.

Delfim, que nesta entrevista considera um erro crasso interpretar que Georgescu rebateu o crescimento econômico, acredita na contínua capacidade do homem de adaptar aos desafios ambientais criando tecnologias que empurrem para mais longe as dificuldades. Até a entropia mostrar que, por maiores que sejam os truques, o mundo caminha para a finitude. Mas, até lá, diz ele, “tem chão pra burro”. Para Delfim, Georgescu foi banido especialmente por não acreditar em instrumentos da economia neoclássica, que se tornou *mainstream* – assim como o “velho Marx”, que foi alijado do sistema por “dizer algumas verdades”.



Professor emérito da FEA-USP e sócio da Consultoria Ideias, foi ministro da Fazenda durante o regime militar e, especificamente no mandato de João Figueiredo, ocupou as pastas da Agricultura e do Planejamento. Foi eleito seguidas vezes deputado federal e se mostrou uma figura próxima dos governos Lula e Dilma

O que o senhor aprendeu com Nicholas Georgescu-Roegen?

Com o Georgescu eu aprendi uma coisa muito interessante que mudou realmente a minha forma de ver o mundo. Eu achava que desenvolvimento econômico era um fenômeno... econômico. E com o Georgescu eu aprendi que é um fenômeno termodinâmico. Essa é uma mudança fundamental na concepção da coisa. Tanto que depois eu mudei o curso que eu realizava sobre desenvolvimento econômico. Era um modelo muito simples em que a natureza era uma espécie estranha no processo, e introduzimos na produção do PIB o que era utilizado e voltava para a natureza degradado. Outra mudança importante é que deixamos de utilizar aquelas funções de produção de Cobb-Douglas que todo mundo usava para explicar a teoria do crescimento econômico. *(Charles Cobb e Paul Douglas, economistas americanos)*

Mas o pensamento econômico dominante nas últimas décadas ignora isso. Por que nesse tempo todo não foram desenvolvidos estudos econômicos considerando-se premissas da Economia Ecológica?

Ele foi ignorado. Com todas essas considerações, provavelmente daqui a 5 milhões de anos, quando acaba o Sol, acaba a Terra. Então, você está sempre deslocando as dificuldades para a frente. O que se tirou do pensamento do Georgescu são conclusões falsas: de que tem de voltar para a Idade da Pedra. Não é isso que está implícito no modelo dele. Nem de que é preciso reduzir o consumo. Nem está implícito de que não se deve crescer, tá certo? Deve-se crescer com cuidado, com tecnologias que sejam poupadoras, mas eficientes.

Mas o ambiente impõe limites ao crescimento. Em vez de questionar se é possível crescer sem destruir o ambiente, a pergunta não deveria ser outra: "O quanto o ambiente age como limitador do crescimento?"

Claro que o ambiente impõe limites ao crescimento. Não existe esse negócio "Terra". Existe Brasil, existe Argentina, existe Alemanha, então não tem essa concepção de que somos uma coisa só, um mundo só. Não é assim que o mundo funciona.

Só que a termodinâmica não reconhece fronteiras políticas, a conta é uma só.

Mas vale para cada país. O que é o desenvolvimento? Uma sociedade se apropria de um pedaço da natureza, organiza a energia que está dispersa nesse espaço e dissipa essa energia na produção de bens e serviços. Isso é o desenvolvimento econômico. Por definição, tem uma finitude. Você vai jogando o limite para longe, porque tem o desenvolvimento tecnológico, vai tomando consciência de que precisa reaproveitar o material, de que precisa encontrar mecanismos para reaproveitar no processo produtivo o material que sai degradado. É isso que acontece. Mas, se você pensa desse jeito, significa o seguinte: ninguém mais cresce. Quem cresceu cresceu, quem não cresceu, paciência.

Mas, professor, tem uma conta muito simples que é a da pegada ecológica, segundo a qual estamos usando um planeta e meio (de acordo com cálculos da Global Footprint Network). A gente consome em um ano o que o planeta leva um ano e meio para repor.

Planejar (as próximas décadas) com quê? Com conversa mole? Com passeata na rua?

Isso é conversa mole! Isso é pura conversa mole! Eu invento uns números já e mostro para você. Eu quero dizer o seguinte: a concepção dele *(Georgescu)* é importante, porque mostra que, para todos, para a soma, tem um limite. Mas para cada grupo individual tem um limite diferente. Aí dizem: "A riqueza brasileira tem que ser dividida com o resto do mundo". Essa é uma concepção até romântica, linda, mas não é factível. Quem se desenvolveu na frente, tudo bem, quem não se desenvolveu fique como está. Ele nunca propôs isso. E sim que tem de ter uma consciência global. Até porque... se o mundo tivesse um mesmo governante global... não podemos homogeneizar isso. Claro que somos finitos, claro que os recursos são finitos.

Mas a lógica econômica dominante não é a de busca de crescimento, como se fosse infinito?

Não, não, não! O grande problema do homem é o que ele é e como realiza a sua humanidade. O velho *(Karl)* Marx construiu isso e ponto final. Esse é um problema insolúvel. Não será resolvido simplesmente dizendo: "Não cresça". Você tem de encontrar mecanismos para crescer de maneira mais eficiente. Agora, ninguém vai para o infinito. Tanto é verdade que essa é uma função logística, nada disso é exponencial. Mesmo que você não queira, alguns recursos vão se tornando mais escassos.

Não é uma coisa para o futuro, já está acontecendo agora, certo?

Não está acontecendo agora. Acontece desde o começo da História. E a Idade da Pedra não acabou por falta de pedra, como não vai acabar agora por falta de petróleo. O que me parece é o seguinte: você tem de ter uma concepção que admita que grupos como o Brasil vão ditar: estamos tentando coordenar a energia que tem dispersa no nosso território e organizá-la para produzir bens e serviços para a nossa comunidade. Não tem nada que ver com o que está acontecendo no Peru. Nem na Bolívia. Não somos internacionais. Um dia talvez venhamos a ser, quem sabe, quando a humanidade estiver na iminência de ser destruída, quem sabe nós nos unamos. Mas aí o Sol estará indo embora também.

Mas, antes de o Sol ir embora, tem questões muito atuais. A gente tem problemas de limitação agora. Me dê um exemplo de limite.

Se há limites para emissão de carbono, acordados internacionalmente, ou se há pouca disponibilidade de água, isso afeta em cheio a economia, como acontece na China.

O que exportamos para a China não é soja, é água.

Justamente. O que quero dizer é que os limites já estão atuando agora, aliás, estão atuando faz tempo, como o senhor disse.

Os limites existem para cada comunidade. Você diz: tem limites globais. Um dia terá limites globais. Mas agora os limites são locais. Tanto é verdade que o Brasil exporta água para China, via soja. A China tem terreno, tem chinês...

...só não tem água.

Sim. E produzir 1 quilo de carne exige 15 mil litros de água.

E por que o pensamento econômico dominante não usa essas premissas, ainda que locais, como o senhor diz?

O pensamento econômico dominante ignora a natureza.

Então não temos de formular esse pensamento, para dar conta das demandas que a crise ambiental coloca?

Vocês se precipitam todos! De tal forma que não vão a lugar nenhum. Dão a impressão de que vamos acabar amanhã. Tem chão pra burro para andar. Claro que o planeta é finito, claro que nada disso é contraditório...

A questão para o senhor é que o fim está muito distante, é isso?

O fim não vai ser agora, fica tranquila, o Sol vai apagar antes.

E o senhor acha que não é preciso planejar as próximas décadas?

Planejar com o quê? Com conversa mole? Dando passeata na rua? Você precisa de uma organização mundial. E não há nada mais ineficiente que a tal ONU. É uma organização de burocratas aposentados, sem nenhuma visão do mundo. Nós partimos de algumas premissas que estão absolutamente corretas. O mundo é finito, nós somos uma astronave finita, e precisamos de energia externa para funcionar. O que não está correto são as conclusões.

Vá dizer pro chinês:
'Você já cresceu demais, devolva essa gente para o campo!'

De que não podemos mais crescer, de que precisamos voltar para a Idade da Pedra.

O senhor acha que as populações estão em um nível de conforto excelente, elas precisam continuar crescendo? Em alguns lugares, é preciso até inventar novas demandas de consumo.

Mas, desculpe, é você quem julga? Me conta de alguém que está realmente satisfeito. Você está julgando: eu sei que essas pessoas não precisam de mais nada. É de uma pretensão!

E se elas mesmas tiverem a noção de que não precisam de mais, fizeram uma revisão de valores e entenderam que não precisam de muito mais bens materiais do que já têm para viver com bem-estar?

Você está querendo transmitir os seus valores para essas pessoas. Seja um pouquinho mais modesta. Nós vamos transmitir para essas pessoas uma realidade física, em que lamentavelmente todos não vão poder ter a vida que elas têm. Ou seja, chegam na frente, consomem os recursos, e os que vão vindo depois não têm a mesma quantidade de recursos.

Professor Delfim, existe o conceito de orçamento de carbono. Pegando-se o que se pode emitir e dividindo-se por habitantes, chega-se a um orçamento per capita. Países como Noruega e Estados Unidos ficam muito acima da média e aí entra a discussão sobre o que fazer: taxa o carbono, faz cap and trade? O senhor não acha que o mundo terá de chegar a regulações nacionais e internacionais para que o norueguês pague realmente pelo que custa o produto?

Desculpe, mas quem impõe isso? Quem são os grandes produtores de carbono? Estados Unidos e China. Vá dizer pro chinês: "Você já cresceu demais, chega, devolva essa gente para o campo". Quem impõe isso? Precisa um mínimo de realismo!

Então, qual é a sua proposta?

A proposta é você ir convencendo as pessoas de que vamos ter de caminhar para um mundo que só será capaz de sobreviver com os recursos que tem.

O senhor acha que dá para trabalhar só com a ideia de convencimento? O cinto de segurança, por exemplo, se não fossem as leis e multas, as pessoas iriam usar?

Mas conta pra mim: quem vai impor a lei?

Os Estados Nacionais, as regulações globais?

Olhem para a ONU, é um vexame! Vocês estão dizendo o seguinte: "Nós somos os portadores da verdade e o mundo é ignorante e não consegue vê-la". Vocês acham que não há interesses por trás disso? Claro que tem! Então, enquanto a gente não reconhecer que se trata de uma questão de poder, não vai funcionar. Por que Georgescu foi chutado? Porque ele incomodava. Porque na verdade é uma chateação ficar dizendo o tempo todo que este é um negócio termodinâmico.

Inclusive os seus colegas o chutaram. Ele ficou esquecido durante décadas, somente agora está sendo reabilitado.

Isso é um pouco de exagero. Na verdade, ele incomodava. Porque estava levantando uma questão importante. Não era o fato simplesmente de que o desenvolvimento é termodinâmico. É que ele não acreditava – como eu não acredito – em alguns dos instrumentos da teoria neoclássica. Ele não acreditava em função de produção. No que está correto, isso não existe mesmo. O Georgescu veio de uma radical aceitação da teoria da utilidade, explorada matematicamente, com aquele cérebro poderoso que tinha, e foi evoluindo para pôr a natureza dentro do processo. Quando pôs a natureza dentro do processo, tudo aquilo que estava sendo construído com extrema sofisticação matemática desaparecia.

Por quê?

Para aceitar o Georgescu, você precisa jogar fora boa parte da teoria econômica. Desse ponto de vista é que ele é uma mudança profunda.

E não tem como reabilitá-lo a esta altura do campeonato?

Deixa eu te dizer... estamos fazendo justiça a ele. Quem iria imaginar que, depois de 45 anos, íamos fazer uma reunião e dizer: “Georgescu era grande”. Nós todos sabíamos que era. Ele só não teve seguidores.

O que faltava na época para confiar que a teoria dele podia inspirar ações concretas?

A teoria dele não inspirava ação prática coisa nenhuma. O problema do Georgescu é que sua conclusão nega boa parte da teoria neoclássica e ponto final. E a teoria neoclássica é o *mainstream*. Então ele foi posto fora, do mesmo jeito que o Marx nunca foi parte desse sistema, foi posto fora porque falou algumas verdades. Tem gente que é desagradável.

Desagradável quando, por exemplo, rebateu o crescimento?

Ele não rebateu proposta de crescimento coisa nenhuma. Isso é um erro crasso. Ele disse que esse mecanismo de expansão é insustentável no *longuíssimo* prazo. E como você vai expandindo o limite? O limite é a incorporação de novas tecnologias. O limite existe, mas é removido pelo conhecimento tecnológico. E aqui entra a teoria termodinâmica: por maiores que sejam seus truques, você caminha para a máxima entropia. É isso.

O senhor tem defendido a ideia do *decoupling*, de descasamento, de reduzir o consumo de carbono por unidade de PIB. Só que os EUA, nas últimas três décadas, reduziram pela metade o consumo de energia elétrica por unidade de PIB, mas nem por isso deixaram de ser um dos dois maiores emissores do mundo.

No fundo, você está querendo dizer que cada país deveria pensar que é o mundo e, portanto, os EUA já deveriam ter voltado para a Idade da Pedra.

Não é isso, professor. Estamos dizendo que, mesmo com a tecnologia, a redução de carbono é insuficiente. Pode haver uma eficiência absurda, mas as emissões continuam crescendo, porque há crescimento do consumo e de população. Há um aumento absoluto e não relativo.

Para o mercado funcionar melhor, precisa precificar as externalidades

Você precisa encontrar os mecanismos que reduzem a quantidade de carbono por unidade de PIB.

Mas, se o país continuar crescendo no mesmo modelo neoclássico, anula a redução...

...depende do avanço, da tecnologia! Você está supondo que isso é inevitável! Você está inventando uma nova lei!

Não, professor, isso é o que está ocorrendo no mundo hoje. Outro aspecto é o efeito bumerangue, ou ricochete. Por exemplo, a poupança obtida com a economia na conta de luz, quando você troca a lâmpada, é usada para fazer uma viagem à Disney.

E qual o problema? De novo vocês estão dizendo: “Eu sou o portador dos valores. Eu sei tudo, e você é um canalha”.

Não é nada disso... esta é uma agenda pública, as questões estão aí e, como jornalistas, estamos apenas colocando-as na mesa.

Pode colocar na mesa à vontade. Mas não precisa impor os seus valores. Aí tem toda uma teoria de que a riqueza não traz felicidade.

Alguns estudos mostram que, a partir de um certo nível de renda, por mais que aumente, não traz mais felicidade mesmo.

Na margem não tem efeito. Você tem convicções, eu te admiro por isso. Você está capturada!

A OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico) soltou um estudo este ano mostrando que o sistema de impostos da Europa favorece o consumo de combustíveis fósseis em detrimento dos renováveis. Como se muda isso?

Então vá dizer para a Europa: “Não usa o recurso que você tem. Usa outro”. Por que a Europa usa carvão? Porque tem carvão. O que precisa fazer é desenvolver tecnologia que, usando o carvão, reduza a quantidade de CO₂. Vai aumentar o preço? Vai. O consumidor vai ter de escolher.

O consumidor está em crise, o mundo, em recessão. Como ele vai pagar por esse valor mais elevado?

Você está querendo dizer o que o consumidor vai fazer!

Se não tiver um mecanismo de mercado ou de tributação que favoreça...

...quem disse que somos contra o imposto que exige o pagamento da externalidade?

O senhor defende, então, impostos para...

...quem falou isso foi o (*economista britânico Arthur Cecil*) Pigou, não eu! Isso é ridículo. O mercado não funciona quando tem externalidade. Por isso precisa do imposto.

Sobre o carbono também?

É lógico. O máximo que se pode fazer é internalizar os custos das externalidades. É isso que tem de fazer para o mercado funcionar um pouco melhor.

Por outro lado, se for precificar todas as externalidades, o custo poderá ficar inviável para o consumidor.

Ótimo, aí ninguém consome, voltamos para a Idade da Pedra, e fica tudo bem.

Ninguém quer voltar à Idade da Pedra. É bem ao contrário, estamos falando de inovação, de economia verde, de novas fronteiras da macroeconomia.

Quando subir o preço, vão surgir as novas tecnologias.

O senhor acredita que as tecnologias vão salvar tudo?

Não vão salvar nada. Vão apenas jogar o limite para a frente, na esperança de que o Sol termine antes da gente.

Na sua opinião, por que é dada tanta ênfase ao crescimento? O crescimento não deveria ser tomado com uma resultante, em vez de um objetivo?

O crescimento é uma forma de o homem realizar sua humanidade.

Mas o PIB é a melhor forma de medir isso?

Claro que não. O PIB é uma forma muito...

...tosca?

Tosca, é verdade, tanto que já tem gente inventando novas medidas. O homem nasceu para realizar sua potencialidade. Eu não

sei nem o que é, mas eu preciso dar a ele condições institucionais para que possa realizar-se plenamente. Esse é que é o objetivo. Você não sabe por que estamos aqui. O homem precisa comer, morar, vestir. E quer mais coisas. Ele é que produz essa demanda. Quando cada um olhar para o seu lado, verá que tem um limite. Por isso digo que é uma questão de convencimento. Não de dizer: “Eu sei de quanto você precisa”.

Claro que não. Não estamos falando em autoritarismo, mas talvez em uma mudança de valores.

Estamos querendo do sistema o que ele não pode dar. Estamos vivendo uma imensa falha de mercado há muito tempo.

Então o sistema precisa ser refeito, reinventado, redesenhado?

Reinventado, sim. Mas, cada vez que tentaram reinventar o sistema, produziram umas porcarias. O século XX é o cemitério de porcarias montadas por quem quis reformar o sistema. Esse é um processo quase biológico de adaptação... O homem vai se adaptando... O mercado não é uma invenção, o mercado é uma descoberta! O homem foi descobrindo que, com aquele mecanismo, poderia juntar duas coisas de que gosta: ter liberdade e gozar sua iniciativa. Mas foi descobrindo que o mercado tem um defeito, que não permite uma terceira coisa de que gosta ainda mais: uma relativa igualdade. O mercado não consegue produzir as três coisas juntas. É por isso que precisa de uma intervenção externa para calibrar isso.

Mas é um processo, não é uma coisa inventada por ninguém. Não somos nós que vamos inventar um novo sistema. Essa evolução vai se processando como se fosse algo biológico. Essa nossa conversa aqui é exatamente um pedaço desse processo! Em que o homem está começando a ver coisas que antes não via. Mas que não é você que vai corrigir isso. Vai contribuir com um tijolinho.

Na entrevista, falamos da crise ambiental como se fosse algo de longuíssimo prazo, por conta da entropia. Mas a crise está aí, vemos inundações, doenças tropicais, pessoas soterradas em desmoronamentos de encostas...

O que está aí é basicamente uma falha de Estado.

A mudança climática já está em curso e requer adaptação agora.

Se o Brasil não pensar nisso, em 50 anos vamos ser outra coisa. O nível do mar vai estar não sei quantos centímetros acima, o Sul estará produzindo outra coisa, o Nordeste também. Se os modelos forem verdadeiros, o Brasil não será beneficiado com a mudança climática e uma boa parte do País vai piorar, tá certo? Tudo isso estamos vendo. A única coisa que precisa é os governos verem isso. A coisa do planejamento é muito mais complexa do que foi no passado, porque hoje nem a natureza é estável.

É uma variável a mais?

É uma variável brutal. Mas agora preciso ir, se eu soubesse que seria uma conversa tão divertida, eu teria agendado um tempo maior! (*risos*). ▣

(Colaborou: Andrei Cechin)

O planejamento é muito mais complexo, porque hoje nem a natureza é estável

Adapte-se, camaleoa

Há milhares de anos a espécie humana busca ajustar-se a transformações no ambiente. Desta vez, porém, a mudança tem sido muito mais veloz que as ações e políticas necessárias para responder aos efeitos do aquecimento global

POR GISELE NEULS

COLABOROU MÔNICA C. RIBEIRO FOTOS BRUNO BERNARDI / KHOUNY

Nós, *Homo sapiens*, andamos por este planeta há 200 mil anos. E não tem sido nada fácil. Sobrevivemos à última grande glaciação, que teve seu pico 21 mil anos atrás. Do Alasca ao Saara, demos um jeito de driblar as mais adversas condições. Não admira nos considerarmos uma das espécies mais adaptáveis da Terra. Mas o problema, desta vez, é a escala de tempo. As mudanças que enfrentamos na linha recente da História são fruto de pouco mais de dois séculos de interferência humana no delicado equilíbrio climático do planeta. As portas foram arrombadas e, agora, precisamos, além de minimizar o estrago, nos preparar para viver nesta casa danificada.



O Estado é um ator estratégico nesse cenário, pois o mercado sozinho não dará conta de resolver o problema dos mais atingidos e vulneráveis, que são a população pobre

O tema da adaptação aos efeitos do aquecimento global despontou na Convenção do Clima em 2001, quando a Conferência das Partes de Marrakesh (COP-7) criou um programa para os países menos desenvolvidos, visando apoiar a construção de planos nacionais de adaptação. Na época, a preocupação ainda se concentrava nos países socioeconomicamente mais vulneráveis. Um desconforto justificável quando se veem as previsões de que a África Subsaariana poderá perder até 22% da sua produção de grãos até 2050.

Em meados da década de 2000, porém, grandes cidades do mundo desenvolvido começaram a elaborar planos de adaptação, atraindo mais atenção para o tema [1]. Em 2006, a COP-12, em Nairóbi, encomendou um estudo sobre impactos, vulnerabilidades e adaptação ao órgão de assessoria científica da Convenção do Clima (SBSTA, na sigla em inglês). Mas somente em 2010 a adaptação parece ter ganhado maior relevância na agenda climática. Durante a COP-16, a Convenção criou o Quadro de Adaptação de Cancún [2], afirmando nos acordos que a adaptação deve ser tratada com o mesmo nível de prioridade que a mitigação.

Para Carolina Dubeux, pesquisadora sênior do Centro Clima, da Coppe/UFRJ, e membro do capítulo sobre Economia da Adaptação do Grupo II do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), mitigar ou adaptar é decisão de cunho econômico: “Deve-se investir em mitigação até o ponto em que o retorno social desse investimento não seja inferior ao retorno social em adaptação. E vice-versa. Na margem, portanto, o ponto ótimo é aquele no qual os retornos em ambas se igualam”.

No entanto, como avaliar isso é algo bastante complexo, pondera Carolina. Isso porque as incertezas inerentes às questões climáticas afetam a percepção que os cidadãos têm sobre os benefícios dos investimentos em cada uma delas. “Decisões de gestão de risco desajustadas podem comprometer recursos públicos ou privados em vez de promover a adaptação”, diz.

Ações de adaptação mesclam-se, ou coincidem, com agendas cujos passivos são elevados e não resolvidos pelos países em desenvolvimento em especial, surgidos durante o processo de urbanização: planejamento urbano, saneamento básico, água, habitação, transportes etc. São ações

[1] O plano de adaptação ao aumento das marés na Baía de San Francisco, na Califórnia, é o caso mais famoso (adaptingtorisingtides.org). Londres (london.gov.uk/climatechange) e Nova York (bit.ly/XZHLun) também fizeram seus planos. [2] Documentos disponíveis em unfccc.int/adaptation.



que devem ser empreendidas independentemente de estarmos enfrentando uma mudança climática. Carolina sugere iniciar os investimentos por aquilo que apresenta ganhos nos dois lados, conjugando mitigação com adaptação, também chamadas estratégias de não arrependimento. (mais em “Sensibilidade climática”, à página 24)

Adaptação e mitigação podem, portanto, ser consideradas como remédio e prevenção, respectivamente. O investimento em mitigação continua altamente necessário. Ao persistirem as emissões de gases de efeito estufa na atmosfera, o processo de mudanças no clima se acelera e tornará a adaptação e a própria mitigação mais caras no futuro. Enquanto estudos e discussões são travados em torno do tema, a adaptação é mais que necessária e urgente. Isso já é visível em áreas costeiras onde, além da elevação do nível do mar, a erosão mostra-se grande problema. Serão necessárias ações organizadas e concentradas para proteger essa população, boa parte dela pobre, no caso do Brasil.

“Não dá para separar adaptação à mudança climática da questão da desigualdade”, salienta Mariana Nicoletti, coordenadora da Plataforma Empresas pelo Clima do Centro de Estudos em Sustentabilidade (GVces) da FGV-Eaesp. “Os primeiros atingidos são a população de baixa renda, e o mercado não resolverá esse drama por si próprio.”

O Estado, portanto, é um ator estratégico nesse cenário. Além de lidar com a agenda da desigualdade, é seu papel coordenar políticas para diminuir vulnerabilidades e fortalecer a resiliência, seja de populações, seja de ecossistemas. Mariana considera o foco nos serviços ambientais como a grande virada para pensar a adaptação em termos antecipatórios, e não apenas reativos (mais em reportagem à pág. 30).

Assim, além da agenda de desenvolvimento urbano sustentável, é preciso reforçar a resiliência dos ecossistemas para que nosso país tropical siga abençoado por Deus, já que o aquecimento global promete nos castigar com menos água no Semiárido e mais tempestades no Sudeste, entre outras mudanças [3]. Os impactos previstos afetam o nosso bem mais abundante e precioso: a água. E, com ela, a produção de alimentos e de energia – para nos atermos nesta reportagem apenas aos principais aspectos econômicos deste vasto tema que é o da adaptação.

NOVA GEOGRAFIA AGRÍCOLA

Em 2008, a Embrapa publicou um estudo junto com a Unicamp, mostrando como a geografia da produção agrícola de algumas culturas será afetada pelas mudanças no clima e até o fim do ano apresentará dados de outras 30. O documento aponta redução das áreas mais aptas ao plantio de várias espécies já em 2020. No cenário mais otimista, a falta de chuvas e o aumento das temperaturas em São Paulo e Minas Gerais diminuirão as condições de plantio de café em boa parte da área plantada, levando a prejuízos de R\$ 600 milhões. A soja tem o pior cenário. Chegará a 2020 com perda de 12% das áreas mais aptas para o plantio, principalmente na Região Sul e no Cerrado do Nordeste, onde se tem dado a expansão das lavouras nos últimos anos.

Giampaolo Queiroz Pellegrino, pesquisador da Embrapa Informática Agropecuária, diz que o caminho está no melhor manejo dos

[3] O Inpe possui vários relatórios e estudos sobre os cenários de mudanças climáticas no Brasil em mudancasclimaticas.cptec.inpe.br.

No setor elétrico, a primeira medida de adaptação recomendada pela Coppe é ampliar a produção de informação, ferramenta fundamental no planejamento

sistemas agrícolas, tanto nas técnicas de produção quanto no melhoramento genético. E não se trata apenas de desenvolver novas variedades. Só recentemente o ponto central das pesquisas de melhoramento genético voltou-se para adaptação ao aumento de temperatura e déficit hídrico. Mas isso não significa que não existam sementes aptas a essas condições entre as muitas variedades já desenvolvidas pela Embrapa e outros centros de pesquisa.

O que falta é organizar todas essas pesquisas em um banco de informações e reavaliar os resultados sob a ótica da adaptação às novas condições climáticas. “A agricultura até agora não demandou soluções que ainda não existem. Nós temos alternativas, o que o País precisa é se organizar para implantá-las”, diz.

Pellegrino avalia que as **seis ações** previstas no Programa de Agricultura de Baixo Carbono do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), o Programa ABC, atendem às necessidades de adaptação das técnicas de manejo agrícola. Ao recuperar pastagens degradadas, por exemplo, se reduz a pressão do desmatamento, contribuindo para a manutenção das florestas. Da mesma forma, a integração lavoura-pecuária-floresta inverte a lógica de produção em terra arrasada e contribui com a manutenção de serviços ambientais das florestas, como a regulação das chuvas.

O governo aposta suas fichas no ainda maior **Programa ABC** e no desenvolvimento de cultivares mais resistentes a temperaturas mais altas e déficit hídrico. E garante que os riscos da mudança climática para a agricultura foram incluídos nos Planos Safra. Isso porque o seguro agrícola depende do Zoneamento de Risco Climático, que analisa o grau de risco que o clima oferece às principais culturas do País. Os planos do governo incluem aumentar a rede de estações meteorológicas e criar uma agência nacional de assistência técnica. “Não basta ter crédito sem assistência técnica”, diz Caio Rocha, secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Mapa. A meta do governo é atender aos médios produtores, responsáveis por quase 500 mil estabelecimentos rurais.

PANE ELÉTRICA

O sistema elétrico brasileiro também é sensível às mudanças no clima, mostram estudos da Coppe [4]. Os impactos viriam das alterações no comportamento médio das vazões nos rios e na ocorrência

[4] Veja mais em *Riscos das Mudanças Climáticas no Brasil* (bit.ly/11BJ0Az) e *Mudanças Climáticas e Segurança Energética no Brasil* (bit.ly/10zal4d). [5] Os dados de precipitação do Operador Nacional do Sistema, por exemplo, cobrem apenas as bacias dos rios Paraná, Paranaíba e Iguçu. A Agência Nacional de Águas também monitora chuvas nas bacias brasileiras, mas seus registros são descontínuos.

de tempestades e secas extremas, que podem prejudicar a operação das usinas hidrelétricas. Embora as projeções para o final deste século não pareçam muito assustadoras, os números são considerados conservadores pelos pesquisadores da Coppe. Segundo eles, a maior vulnerabilidade do País reside na falta de registros ambientais [5] contínuos e confiáveis para embasar as análises de cenário.

No estudo sobre segurança energética, os pesquisadores da Coppe avaliaram como o sistema energético planejado para 2030 responderia às novas condições do clima projetadas pelo IPCC para o período de 2071 a 2100. No cenário mais otimista, a quantidade média anual de água que afliu para as usinas pode sofrer uma queda média de 8,6%. A Bacia do Rio São Francisco é a mais afetada, com queda de 23,4%. A instabilidade dos reservatórios aumentará a demanda pela reserva de energia, fornecida por meio das termelétricas a gás e carvão. Trata-se de uma ameaça importante para uma matriz energética dependente dos rios. Essas quedas de vazão podem reduzir a produção de eletricidade a partir de fontes hídricas em até 2,2%.

O Nordeste será a região mais afetada, tanto na geração de energia hidrelétrica como na produção de biodiesel e de energia eólica. Além de reduzir as vazões na Bacia do São Francisco, as mudanças no clima diminuirão o cultivo de oleaginosas e os ventos soprarão mais devagar no interior nordestino, podendo encolher em até 60% o potencial eólico nacional. Até mesmo as termelétricas a gás tornam-se vulneráveis. Suas turbinas são sensíveis a variações na temperatura e na umidade ambientes e podem ter perdas de eficiência que significariam o aumento do consumo de combustível. Para completar, mais calor na maior parte do País deverá aumentar a demanda de energia elétrica nas residências.

A primeira medida de adaptação recomendada pela Coppe é ampliar a produção de informação, ferramenta fundamental no planejamento. Elevar a eficiência e diminuir as perdas de energia dentro do sistema vêm em seguida. O rol de sugestões de medidas adaptativas inclui até reflexões sobre a tarifa dos consumidores, sugerindo a fixação dos preços da eletricidade de acordo com a capacidade de pagamento do consumidor. Para compensar o corte nas contas dos mais pobres, seria elevado o preço pago pelos consumidores de renda mais alta, em que o desperdício tende a ser maior.

Contudo, o governo ainda não incluiu esses cenários de mudança do clima em seu planejamento. A assessoria de comunicação do Ministério de Minas e Energia informou por e-mail à reportagem de PÁGINA22 que o PNE 2030 não aborda a adaptação à mudança climática porque foi elaborado em 2006, antes da publicação do Quarto Relatório de Avaliação do IPCC, divulgado em 2007. Também comunicou que recentemente foi assinado um convênio entre o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel) e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) para o desenvolvimento de estudos sobre os impactos futuros da mudança climática no setor elétrico brasileiro e apresentar informações e propostas que permitirão apontar as medidas de adaptação. ■

As seis ações são: recuperação de pastagens degradadas; integração lavoura-pecuária-floresta e sistemas agroflorestais; plantio direto; fixação biológica de nitrogênio; florestas plantadas; e tratamento de dejetos animais

O Programa ABC dispõe de R\$ 2 bilhões de crédito para projetos agropecuários nas suas seis linhas de ação, menos de 2% do orçamento de R\$ 115,2 bilhões destinado ao Plano Safra 2012/2013. Mais na reportagem “Ainda no bê-á-bá?”, edição 65



Sensibilidade climática

A diminuição no ritmo do aquecimento global não é motivo para deixar de investir pesado em mitigação e adaptação

POR MÔNICA C. RIBEIRO

É consenso entre a comunidade científica que testemunhamos, na última década, um arrefecimento na elevação da temperatura em relação ao aumento das emissões de CO₂. A variabilidade da temperatura no planeta em períodos curtos é natural, e por essa razão as medições para verificar de forma confiável tal crescimento são feitas tendo como parâmetro, no mínimo, dez anos. E o que se percebe é que nesta última década houve uma variação menor do que a prevista pelos modelos climáticos.

A revista britânica *The Economist* publicou recentemente reportagem sobre o tema, abordando algumas linhas de investigação científica que apontam explicações possíveis [1]. A que parece ter maior respaldo entre a comunidade científica é a de Kevin Trenberth, do America's National Centre for Atmospheric Research, que pontua que o arrefecimento da temperatura em relação ao crescimento das emissões de CO₂ seria motivado pelo aquecimento do fundo do oceano. Cerca de 30% do aquecimento do oceano nestes dez anos passados aconteceu abaixo de 700 metros de profundidade.

Existem outras hipóteses, relacionadas aos efeitos dos aerossóis e das nuvens. Segundo Paulo Artaxo, professor do Instituto de Física da USP e membro do Painel do Clima da ONU (IPCC), uma pequena variação na cobertura de nuvens pode ter grande influência na temperatura da superfície. No entanto, as medidas de cobertura de nuvens feitas por satélite ainda não possuem a precisão necessária, uma vez que seu alcance é limitado. As nuvens continuam sendo importante incógnita do sistema climático, como também os aerossóis. “Essas variáveis que têm aparecido e influenciam nos modelos climáticos e na projeção de cenários demonstram que estamos progredindo na compreensão científica da questão, mas longe do pleno entendimento de como o sistema climático funciona.”

Mesmo em relação ao fundo dos oceanos, Artaxo aponta que ainda não há mensuração adequada: “As medidas de temperatura em áreas continentais são muito completas, mas nas regiões oceânicas há poucas boias (*usadas na medição*), embora elas já mostrem um aquecimento forte da porção mais profunda nos últimos 20 a 30 anos.”

Carlos Nobre, secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), avalia que a taxa de incremento da temperatura média da última

Entre 1993 e 2002 a temperatura subiu quase 0,2 grau em relação à década anterior, e entre 2003 e 2012 ficou pouco acima de 0,1

década **diminuiu**. Mas a temperatura da Terra continua subindo, assegura Nobre. “Demorou 10 mil anos para a Terra aquecer 5 graus. E já aquecemos 1 grau em 100 anos. É uma enorme mudança climática que causamos.”

O IPCC trabalha com cenários de projeção do aumento da temperatura no caso de atingirmos o dobro da concentração de CO₂ (e outros gases) em relação aos níveis observados antes da Revolução Industrial. Essa projeção é conhecida como “sensibilidade climática”, e hoje o Painel do Clima considera uma possibilidade de variação de até 7 graus.

“Mesmo no caso de projeções de sensibilidade climática menores, de 1 ou 2 graus, já temos um grande impacto, com o recrudescimento da severidade das secas, das chuvas, a elevação do nível do mar. Portanto, serão necessárias também ações de adaptação em larga escala”, completa Nobre.

Essa questão desperta para a relação dos dois “lados da moeda” da mudança climática: mitigação e adaptação. Com a sensibilidade climática mais baixa, se a temperatura não subir muito em relação ao aumento de CO₂, seria eficiente investir mais em adaptação e menos em mitigação?

Carolina Dubeux, pesquisadora sênior do Centro Clima, da Coppe/UFRJ, e membro do capítulo sobre Economia da Adaptação do Grupo II do IPCC, sugere iniciar os investimentos por aquilo que apresenta ganhos nos dois lados (*win-win situation*), que conjuga sustentabilidade e resiliência (mitigação e adaptação). “São as estratégias de não arrependimento (*no-regret strategies*). Educar os povos aumenta sua resiliência e permite que se desenvolvam de maneira mais sustentável. Aumentar a eficiência energética reduz a necessidade de investimentos adicionais em oferta de hidreletricidade, levando a menos desmatamento, o que é bom para o clima, bom para os ecossistemas, bom para as populações ribeirinhas e bom para o bolso. Não faltam exemplos, principalmente aplicáveis em países em desenvolvimento, onde há muita coisa por ser feita.” (*mais sobre o tema no cartum à pág. 50*)

“Precisamos de muito mais pesquisas para entender completamente como funciona o sistema climático terrestre. Existem *gaps* de conhecimento muito significativos nessa área”, afirma Artaxo. “Esperar que os modelos climáticos e as medidas associadas a um parâmetro termodinâmico tão complexo como a temperatura oscilem sempre juntos, em uma variável de 1 para 1, não é razoável.”

Emaranhado de **conceitos** As discussões sobre adaptação trazem novos conceitos à baila e algumas áreas gris entre eles. Veja os principais neste breve glossário

ADAPTAÇÃO é a capacidade de diminuir vulnerabilidades, aumentar a resiliência de ecossistemas e enfrentar perigos com os menores impactos sociais e econômicos possíveis. A transferência de populações de zonas costeiras baixas para zonas mais altas é um exemplo de adaptação ao perigo da elevação do nível dos oceanos.

MITIGAÇÃO é definida como a intervenção humana para reduzir impactos ou perigos. Os exemplos mais comuns de mitigação são a redução de emissões de gases de efeito estufa, a troca de fontes de energia baseadas em petróleo por fontes renováveis, a recuperação e o fortalecimento de sumidouros de carbono, como as florestas e oceanos.

PERIGOS são ocorrências e/ou processos que podem impactar ecossistemas e sociedades, como tempestades, chuvas extremas, secas, vendavais, aquecimento global causado por gases de efeito estufa, redução de precipitação média, desertificação, sedimentação de áreas costeiras, mudanças no regime climático associadas a alterações na circulação oceânica etc.

RESILIÊNCIA é a capacidade a longo prazo de um sistema para lidar com a mudança e continuar a se desenvolver. Para um ecossistema, isso pode significar conviver com tempestades, incêndios e poluição e ainda assim conseguir manter sua capacidade de recuperação e manter suas características florestais. No caso de uma sociedade, envolve a capacidade de lidar com eventos como a instabilidade política e desastres naturais de uma forma que seja sustentável a longo prazo.

RISCOS são a combinação entre a probabilidade de estes perigos (ou eventos) acontecerem e suas consequências negativas

VULNERABILIDADE é o grau de suscetibilidade de um sistema a determinado risco ou sua incapacidade de reagir aos seus efeitos. Pode ser econômica, social, ambiental e/ou física. As zonas costeiras, por exemplo, são fisicamente vulneráveis à elevação dos oceanos, mas muitas são social e economicamente capazes de se adaptarem a esse problema. A África Subsaariana é vulnerável à intensificação das secas, tanto nos aspectos ambientais quando nos sociais e econômicos.

Elaboração: PÁGINA 22



[1] Leia a reportagem em goo.gl/32rq5.

Rede **social** do mundo **real.**

Para a Natura, a venda direta é mais que um modelo de negócio, é uma rede viva de relações construída em um diálogo próximo, caloroso e duradouro entre as pessoas. Ao ouvir, a empresa aperfeiçoa não apenas seus produtos e serviços, mas seu jeito de ser. Ao falar, a empresa compartilha seus valores, sua essência, o *bem estar bem*. Visite www.abevd.org.br e saiba como a venda direta ajuda a transformar a vida de 4,2 milhões* de brasileiros.

Rejane de Sousa Silva, 39,
e Ellys Prado, 21, são
consultoras há um ano.

Encontre uma consultora próxima de você
em www.aquitem.natura.net

POR THAÍS HERRERO

PRATA DA CASA

O super-herói dos pedestres

Ele não voa, nem tem superpoderes, usa máscara, mas não esconde sua identidade. Mesmo assim, é o super-herói da Cidade do México com a missão de combater os motoristas que não respeitam quem anda pelas ruas. Falamos de Peatónito, personagem criado por Jorge Cáñez, cientista político de 26 anos.

Todos os dias Cáñez veste uma máscara da tradicional luta livre mexicana e sai às ruas para educar os condutores. No lugar da força física, conta com a potência do bom humor. Se um carro fica no meio da faixa de pedestres, ele se põe na frente do veículo e finge fazer força para colocá-lo em uma posição que dê passagem a quem segue desmotorizado. Enquanto isso, deixa-se ser fotografado para que sua campanha se dissemine nas redes sociais. É um herói antenado com os novos tempos.

Em entrevista a PÁGINA22, Peatónito conta que seu trabalho não é fácil, já que o trânsito da Cidade do México é dominado pelas quatro rodas – e caótico. Para obter a licença de motorista, basta que o cidadão pague sem curso ou prova. Os resultados são a falta de respeito e a média diária de uma morte por atropelamento.

Sua campanha tem dado resultados. “Todos os pedestres agradecem meu trabalho e 90% dos motoristas dão risada e admitem o erro”, conta. O governo está tentando cooptá-lo para campanhas oficiais. Mas, como todo bom super-herói, ele prefere permanecer apartidário e agir pelas brechas. Leia no site de PÁGINA22 o texto na íntegra sobre o Peatónito.



DIVULGAÇÃO

MUNDO Afora

BRASIL PARA GRINGOS

Nossa colaboradora Regina Scharf mora nos EUA há anos, mas não larga sua terra natal por nada. Pelo menos por meio da internet. Além de escrever para PÁGINA22 impressa e para nosso blog *De Lá Pra Cá*, mantém a revista eletrônica *DeepBrazil.com*, onde veicula notícias, dicas e informações sobre a cultura brasileira. Divulga obras de arte e fotos antigas que retratam a História do País – como índios, imperadores, escravos e até



FR. DOUGAL MCCOURE/FICKR

o avião de Santos-Dumont. A seleção de vídeos com músicas escolhidas por Regina traz o melhor da produção nacional. Todo o conteúdo está escrito em inglês, pra gringo ver. E vem colhendo elogios, como do jornal britânico *The Telegraph*.

BIBLIOTECA AMERICANA

A Biblioteca Digital Pública da América (no endereço dp.la) foi ao ar em abril e já traz mais de 2 milhões de itens digitalizados de outras bibliotecas e museus dos Estados Unidos. É um esforço para disseminar ao máximo as produções intelectuais do país. Há livros, imagens de obras de arte, pesquisas etc. A ferramenta de busca é inovadora. Além de filtrar por temas e formatos, oferece a opção de escolher uma data na linha do tempo para descobrir toda a produção feita ou ligada ao momento. Ou abrir os mapas e escolher uma localidade.

VALE O CLICK

QUEM MANDA AQUI

Em abril, o projeto “Quem São os Proprietários do Brasil?” arrecadou verba suficiente por meio de *crowdfunding* para a nova etapa do levantamento sobre as empresas e pessoas mais poderosas do País. O novo banco de dados deverá conter informações das 100 empresas de capital fechado com maior faturamento. Tudo será cruzado com dados de financiamentos de campanha, repasses do BNDES e do governo federal. Acesse em proprietariosdobrasil.org.br.

COMISSÃO DA BOA CAUSA

O site Gesto Simples faz parcerias com lojas on-line para que, a cada comercialização, parte do valor pago na venda vá para projetos socioambientais, como o plantio de árvores na Mata Atlântica. Basta ao consumidor entrar no site gestosimples.com.br e acessar o link da loja onde fará a compra virtual normalmente e sem adição de custos. Grandes marcas já aderiram ao projeto.

ÍNDIOS NAS REDES

O blog *Eu + Índio* promove a troca de histórias ligadas às tribos e populações brasileiras por não índios. Basta enviar fotos ou textos com os relatos. Pode ser sobre como você se sentiu ao visitar uma aldeia, a história dos seus antepassados indígenas, curiosidades ou ideias. O objetivo é disseminar a cultura indígena. Acesse eumaisindio.tumblr.com.



ELZA FUZZABR

POR ANA CRISTINA D'ANGELO (ANA@PAGINA22.COM.BR)

Este mês, falo de duas casas/projetos que inspiram e respiram cultura e estão de portas abertas ao visitante flutuante ou frequente. Com vocês, Nós do Morro, no Rio de Janeiro, e Instituto Caracol, em Navegantes (SC). Espaços de experienciar a vida dependem de um passo à frente.

Nós: bandeira de retalhos

O grupo já ganhou prêmios, ficou conhecido fora do Brasil pelo cinema e pelos atores que participaram do marco *Cidade de Deus* e, volta e meia, empresta seus talentos para a televisão. Mas conhecer a sede do Nós do Morro na comunidade do Vidigal e assistir a uma de suas produções no teatro – origem e uma certa vocação essencial – tem outro gosto e forte inspiração. Ao longo de 26 anos de existência e resistência cultural, o grupo é reconhecido como um exemplo de inserção sociocultural, fomento à empregabilidade e à formação técnica artística. Cerca de 11 mil pessoas já passaram pelas oficinas do Nós, que também mantém dois núcleos, em Nova Iguaçu e Saquarema, além da sede do Morro do Vidigal. Anualmente, cerca de 300 pessoas são atendidas pelas atividades de iniciação e formação artística.

Toda terça-feira, com entrada franca, o público pode assistir à peça *Bandeira de Retalhos*, inspirada no ativismo de moradores do Morro do Vidigal na década de 70, entre eles o próprio autor, o músico, cineasta e dramaturgo Sérgio Ricardo.

No teatrinho italiano, o público vivencia a rotina da favela, amores, violência, amizades, precariedade, autoritarismos, dignidade e sobrevivência. Uma multidão de atores, que encena com o naturalismo de quem vive ou viveu lá, canta, interpreta e arrebatava a pequena plateia.

Com direção-geral de Gutti Fraga e Fátima Domingues, a peça traz para a ficção o episódio histórico de 1977, quando o governo tentou expulsar parte dos moradores da favela. Eles resistiram e, com o apoio da população, de setores da Igreja Católica e da imprensa, mudaram a demografia do Rio de Janeiro.

Vai lá: nosdomorro.com.br



RICARDO GRAMA

CONTÉM CULTURA NO CARACOL

Um antigo contêiner de uma empresa portuária de Santa Catarina circula pela região de Navegantes e Itajaí com uma carga diferente. São livros, projetores, oficinas de leitura, papelão, música, dança e artistas educadores. Pintado e reformado, é a sede itinerante do Contém Cultura, projeto



CONTÊNER DO CONTÉM CULTURA/ DIVULGAÇÃO

desenvolvido pelo Instituto Caracol, criação de um casal de navegantinos, Cristiano e Patrícia Moreira. O Contém Cultura cumpre temporadas em pequenas cidades, disseminando novos ares para crianças das escolas públicas e população, gratuitamente. A ideia de Cristiano e Patrícia é dar acesso e fazer circular cultura e arte de maneira andarrilha, divertida e diversa, porque assim entendem o sentido de trabalho. E não é que este entendimento encontrou eco na necessidade de marketing social e cultural das grandes empresas? A Portonave adaptou o contêiner e patrocina o projeto, enquanto um guindaste tira e põe o equipamento por onde a caravana passa. A dupla criadora do Contém Cultura reúne-se com autoridades do município, representantes das escolas e convoca o público. Em Porto Belo, um artista local mostrava seus inventos enquanto contava a própria história e dizia às crianças

que com amizade e respeito se dá a volta ao mundo. Na sede-mãe do Caracol, em Navegantes, uma casa aconchegante recebe os visitantes para oficinas, conversas literárias, lançamentos, exposições e até um cineminha, no Cineclube Divineia, num movimento estimulante e formador.

Cristiano e Patrícia se conheceram perto dos 5 anos em ruas vizinhas de Navegantes. Mantêm a potência da criação com trabalho e paixão. “O nome caracol foi escolhido por sua forma, por disseminar uma variedade de símbolos relativos à colheita, ao entendimento do tempo, à formação do pensamento dinâmico, do sistema auditivo e, ainda, por transportar sua casa. Lembremos que casa, *oikos* em grego, possui a mesma raiz de “economia” e “ecologia”. Assim somos nós, casas nômades entre as imagens e leituras do mundo”, explicam.

Vai lá: institutocaracol.org.br



Ginástica por dinheiro novo

Somente o alcance de recursos financeiros adicionais demonstraria avanço real nas iniciativas de adaptação para além do que já se caracterizou como uma rotina de políticas públicas nacionais

POR MAGALI CABRAL COLABORARAM CLARICE COUTO E LYDIA MINHOTO

É plausível afirmar que os investimentos em projetos de adaptação à mudança climática são ínfimos, dada a magnitude dos impactos que alguns eventos extremos, como furacões e elevação do nível dos oceanos, podem vir a provocar na economia. Entretanto, não mente quem diz que os recursos financeiros para conter os efeitos perversos do aquecimento global já estão por toda parte, ainda que não carreguem a etiqueta da adaptação. Em meio a essa aparente contradição que ainda permeia o tema do financiamento para a adaptação no Brasil – possível reflexo das incertezas típicas das novas agendas –, uma coisa é certa: se prevalecer a inação, o custo será alto e virá com juros.

Uma questão meramente conceitual ajuda a alimentar a contradição nessa seara das finanças para adaptação.

Existe, inclusive, uma série de políticas públicas históricas contribuindo para projetos dessa natureza. É o caso do combate aos efeitos da seca no Nordeste, das medidas de prevenção de tragédias em regiões serranas e costeiras, do combate às enchentes em rios que cortam grandes cidades. Há também iniciativas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, (Pronaf) e o Fundo Clima – que financia a juros reduzidos projetos de mitigação e adaptação à mudança climática –, ambos operados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Visto por esse ângulo, o País estaria atuante, uma vez que aloca investimentos que concorrem fortemente para a adaptação. No entanto, há também um entendimento de que a adaptação, *stricto sensu*, requer medidas profundas e

FINANÇAS

estruturais, capazes de aumentar e fortalecer a resiliência de ecossistemas e das populações mais vulneráveis. Nesse caso, somente o aporte de recursos financeiros adicionais – dinheiro novo – demonstraria avanço real nas iniciativas de adaptação para além do que já se caracterizou como uma rotina de políticas públicas nacionais.

Para o coordenador do Programa de Mudanças Climáticas e Energia do WWF, Carlos Rittl, o Brasil ainda não acordou plenamente para a necessidade de investimentos em adaptação, apesar dos sustos provocados pela sequência de eventos extremos ao longo da última década – desde o “Catarina”, em 2004, o primeiro furacão registrado no Atlântico Sul, até as **duas últimas secas na Região Amazônica**. Para Rittl, o Brasil ainda atua de maneira emergencial, “apagando incêndios”, e deixando de lado o aumento da resiliência. Os principais planos de desenvolvimento no País ainda seriam baseados em modelos tradicionais, que não incorporam a variável de mudança climática, seja do ponto de vista de redução de emissões, seja de adaptação.

“Por enquanto, ainda não fizemos o básico, que é identificar nossas vulnerabilidades ambientais, sociais e econômicas no campo da mudança climática”, critica o dirigente da WWF. Rittl reconhece, no entanto, que o governo deu um passo importante, levando à sociedade civil os primeiros debates sobre a importância da adaptação. “Só isso já deverá ampliar a percepção de que apenas medidas de mitigação não serão suficientes para conter o ritmo e o alcance de impactos climáticos”, conclui.

VISÃO SISTÊMICA

De fato, a mitigação tem sido a tônica da preocupação sobre como lidar com a mudança do clima. Fábio Scarano, vice-presidente da Divisão Américas da Conservação Internacional (CI), explica que a adaptação ganhou mais

evidência na agenda climática global a partir de um estudo liderado pela pesquisadora americana Susan Solomon, publicado em 2009 na revista *Proceedings of the National Academy of Sciences*. O trabalho demonstrou que, se toda a emissão de CO₂ decorrente de causas antrópicas cessasse, ainda assim o aquecimento global decorrente do acúmulo do gás na atmosfera prosseguiria pelos próximos 100 anos. O estudo marca uma mudança de paradigma: “Infelizmente, ultrapassamos o ponto em que mitigar seria suficiente para solucionar problemas climáticos futuros”, diz o ambientalista.

Fábio Scarano é também um dos autores do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC, na sigla em inglês) e tem centrado no seu capítulo a adaptação baseada em ecossistemas. Esse conceito propõe o uso de serviços ambientais e de valores do próprio ecossistema de modo a aumentar a resistência à mudança climática e também a tornar populações humanas mais resilientes a esses efeitos. Em sua opinião, o reduzido interesse ou mesmo o desconhecimento do setor de negócios sobre o tema da adaptação devem-se a uma associação intuitiva do termo ao alto custo dos investimentos em infraestrutura para lidar com impactos incertos quanto ao momento de suas ocorrências. Um exemplo disso seria a construção de diques para conter a elevação do nível do mar, como já se dá na Holanda.

▲ A primeira seca foi em 2005; a outra, a mais severa dos últimos 100 anos, em 2010

A perspectiva da adaptação baseada em ecossistemas é que a “infraestrutura ecológica” – florestas, água, alimentos – é essencial para o bem-estar das pessoas. Assim, adaptação seria sinônimo de desenvolvimento sustentável, em que bem-estar humano e conservação da natureza são interligados e dão-se simultaneamente.

A ciência já demonstrou, por exemplo, que os manguezais funcionam similarmente a um dique: ambos impedem o avanço dos oceanos sobre a costa. Sem contar que os mangues fornecem abrigo e alimento à fauna marinha, sendo assim base para a economia da pesca. “O tamanho dessa economia somado aos custos da construção de um dique dão uma ideia do componente econômico do valor de um manguezal”, explica Scarano.

Em parte, essa lógica propõe que, se uma comunidade consegue tirar sustento de um ecossistema sem destruí-lo, talvez mereça ser remunerada pelo serviço ambiental que o meio conservado presta à sociedade. Resumindo, conservar o capital natural e em paralelo gerar melhorias na qualidade de vida é investir em adaptação.

MODELO REATIVO

Enquanto nos países desenvolvidos muitas empresas já começaram a modelar um perfil mais proativo perante os impactos a que estão sujeitas, na América Latina esse movimento está incipiente. Com exceção do setor agrícola – um dos mais antenados quanto aos impactos do clima, como mostra reportagem à página 18 –, “a maioria das empresas da região encontra-se em estágio inicial de avaliação de risco e ainda não foram capazes de quantificar os impactos setoriais”. A avaliação é do coordenador associado do programa de adaptação da Convenção-Quadro das Nações

ambientais para aumentar a resiliência diante da mudança climática

A adaptação baseada em ecossistemas propõe o uso de serviços



Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês), Emerson Resende, que, no entanto, ressalva: “Em termos gerais, as empresas nos países desenvolvidos também estão atrasadas quanto ao entendimento da magnitude dos impactos, ao desenvolvimento de estratégias para reduzir riscos, ao aumento da resiliência e à busca de oportunidades de negócios” (ver quadro à pág. 37, com algumas iniciativas de negócios que começam a despontar).

Ele coloca os setores de transporte, energia e turismo entre os mais vulneráveis aos desafios da mudança climática na América Latina. “Esses setores estão sujeitos a longas interrupções de seus negócios, em razão das variações drásticas do regime de chuvas, das enchentes e de períodos prolongados de estiagem.”

Para enfrentar os desafios climáticos, a UNFCCC recomenda às empresas que sigam um esquema estratégico de adaptação, a começar por uma profunda avaliação dos riscos financeiros existentes entre o negócio e os possíveis efeitos da mudança climática. Sugere ainda que desenvolvam e instalem planos de ação para administrar esses riscos e procurem identificar novas oportunidades no mercado. Também é importante compartilhar e discutir suas estratégias com investidores, analistas e outros públicos de interesse para o plano (*stakeholders*). E o mais fundamental: para o sucesso das estratégias corporativas, as empresas devem considerar resultados financeiros de longo prazo. “Os líderes empresariais precisam superar a tendência a negócios com retorno de curto prazo”, aconselha Resende (leia a íntegra da entrevista com Emerson Resende na versão digital desta reportagem, disponível nas versões em português e inglês).

Uma nova ferramenta elaborada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pela Bloomberg New Energy Finance, consultoria internacional na área de energia renovável e mercado de carbono, confirma a tese de que os países latino-americanos estão perdendo a corrida do enfrentamento da mudança do clima. O “climascópio” (climatescope.fomin.org) mediu a capacidade de 26 países da América Latina e do Caribe de atrair investimentos em economia verde e o resultado é pouco animador. A região conseguiu aportar no ano passado menos de 5% dos investi-

mentos mundiais no setor, estimados em US\$ 280 bilhões. Embora no topo da lista do “climascópio”, o Brasil obteve pontuação apenas mediana: 2,6 em uma classificação de zero a 5. Grosso modo, o desempenho sinaliza ao País um longo caminho a trilhar em adaptação.

Gustavo Pimentel, diretor da Sitawi, organização que atua com financiamento de projetos sociais, visualiza duas opções para fomentar negócios em adaptação. Ele afirma que tradicionais financiadores, como bancos e fundos de pensão, preferem apresentar projetos rentáveis aos seus clientes e dificilmente serão proativos. Ou seja, não é boa receita esperar que eles próprios estruturarem modelos de negócios em conformidade com projetos de adaptação. “A não ser que haja incentivos de políticas públicas”, adianta.

A outra possibilidade vislumbrada por Pimentel é tentar atrair grandes empresas privadas a partir da lógica filantrópica do Investimento Social Privado. De qualquer modo, os investimentos seriam irrisórios, dada a capacidade limitada do setor privado no papel de doador. “Se o poder público criasse um mecanismo de renúncia fiscal que atendesse aos projetos de adaptação, talvez houvesse alguma possibilidade nesse nicho”, arrisca Pimentel.

Mas há uma chance de que 2013 seja o ano da virada da agenda da adaptação no Brasil. A previsão é de Paula Bennati, gerente-executiva de meio ambiente e sustentabilidade da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Embora afirme que a indústria brasileira ainda esteja engatinhando nesse quesito, ela crê que o fato de o IPCC começar a publicar o seu 5º relatório [1] será importante para o debate sobre adaptação, pois o documento virá com grande contribuição de pesquisadores e cientistas brasileiros ao tema. Outro evento relevante, previsto para setembro, também com dados sobre o estágio brasileiro em adaptação, será o lançamento da publicação do Primeiro Relatório de Avaliação Nacional (RAN1), do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (PBMC).

[1] A previsão é de que os dados mais esperados, do Grupo de Trabalho 2, do IPCC, cujo tema é “Impactos, adaptação e vulnerabilidade”, somente sejam publicados em março de 2014.

O RISCO DA INAÇÃO

O Brasil possui alguns bons exemplos para adaptação, entre eles o Fundo Amazônia e o Fundo Clima, mas que têm enfrentado problemas. O primeiro, conforme artigo publicado no portal do jornal britânico *The Guardian* em abril (bit.ly/14MMXHj), é considerado um modelo interessante para países que buscam arranjos institucionais de modo a receber recursos das nações patrocinadoras de causas ambientais.

Chamou atenção o fato de doadores como Noruega e Alemanha repassarem recursos diretamente para o Ministério do Meio Ambiente (MMA) para financiar projetos do Fundo Amazônia, sem a necessidade de atravessar a burocracia de grandes instituições internacionais, como o Banco Mundial. Mas tem havido atrasos na aprovação de projetos no Brasil. Com isso, de um compromisso total de R\$ 1,29 bilhão, apenas 11,4% foram aplicados, informa o jornal *O Estado de S. Paulo*.

Enquanto isso, o Fundo Clima acaba de sofrer uma debacle com a aprovação pelo Congresso Nacional em março da nova lei dos *royalties* do petróleo. Sua principal fonte de recursos provém da participação especial do petróleo. Na opinião de Paula Bennatti, parece remota a possibilidade de o Fundo Clima recuperá-la.

Segundo a gerente da CNI, a Petrobras cogita fazer contribuições ao programa, mas isso ainda não foi ratificado. Para se ter ideia do peso que o dinheiro dos *royalties* tinha para o Fundo Clima, dos quase R\$ 29 milhões previstos para 2013, R\$ 20,9 milhões serão provenientes da



Transporte, energia e turismo estão entre os setores mais vulneráveis

à mudança do clima na América Latina, segundo a UNFCCC

participação especial do petróleo. “Já é possível prever que o orçamento do fundo será muito menor em 2014”, alerta.

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds) traz notícias mais esperançosas, não só sobre o futuro do Fundo Clima, mas também a respeito de possíveis adequações de financiamentos bancários para obras de adaptação. O coordenador técnico da Câmara Temática de Energia e Mudança do Clima da entidade, Fernando Malta, informa sobre uma agenda de conversações com o setor bancário no sentido de que se reduzam as taxas de juro e a burocracia do acesso aos financiamentos para obras de adaptação à mudança climática.

“Algumas obras de adaptação, por exemplo, podem inicialmente obrigar a empresa a interromper suas operações, o que significa que, além de arcar com o custo das obras e de novos equipamentos, ela também terá de prever o prejuízo de paralisar suas atividades por alguns dias”, observa Malta. Nesse caso, o investimento pode até pagar-se a longo prazo, mas o desembolso da empresa a curto prazo será maior e daí a necessidade de carência mais dilatada. Segundo Malta, uma pauta sobre as formas de revitalizar o Fundo Clima poderá entrar nessa agenda de conversação, da qual também participa o Instituto Ethos.

Um bom argumento para que os agentes de políticas públicas e o setor privado compartilhem essa busca por mecanismos econômico-financeiros para enfrentar os desafios da adaptação à mudança climática pode ser encontrado no estudo **Economia da Mudança do Clima no Brasil: Custos e Oportunidades** (acesse em goo.gl/YqpUC). A partir de

uma perspectiva macroeconômica, os pesquisadores fizeram simulações do comportamento futuro da economia brasileira, no período entre 2010 e 2050, e concluíram que, conforme o cenário usado como referência, as perdas provocadas pelo impacto da mudança climática poderão variar entre R\$ 719 bilhões e R\$ 3,6 trilhões, a valor presente, com uma taxa de desconto de 1% ao ano.

“Isso equivale a jogar fora pelo menos um ano inteiro de crescimento econômico nos próximos 40 anos”, revela o estudo. Do ponto de vista social, o custo da inação será o aprofundamento das desigualdades de renda da população, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do País, que serão as mais afetadas, em razão de sua maior vulnerabilidade. [LZA](#)

■ O trabalho foi editado e coordenado pelo economista ambiental do Banco Mundial Sergio Margulis e pela economista da Coppe/UFRJ Carolina Dubeux e contou com a participação de dezenas de pesquisadores

LEIA A ÍNTEGRA DA ENTREVISTA COM EMERSON RESENDE, DA UNFCCC, NA VERSÃO DIGITAL DESTA REPORTAGEM EM FGV.BR/CES/PAGINA22.

Empresas em ação Saiba o que algumas multinacionais já estão fazendo

IBM CIDADE ALERTA

A IBM desenvolveu um sistema com dados topográficos, meteorológicos e históricos de várias regiões da cidade do Rio de Janeiro que monitora o clima e, a cada 12 horas, faz previsões para as 48 horas seguintes. O sistema Pmar (Previsão Meteorológica de Alta Resolução) opera no Centro de Operações do Rio desde dezembro de 2010. Com ele, a tela do Centro muda de cor segundo a intensidade da tempestade que se aproxima: verde (risco zero), amarelo (atenção), vermelho (alerta) ou preto (alerta máximo). Dependendo da situação, são enviados alertas para órgãos públicos e líderes de comunidades em áreas de risco.

MONSANTO SEMENTE DA SECA

Ciente das secas vividas por produtores do Oeste dos Estados Unidos, a empresa de biotecnologia desenvolveu, em parceria com a Basf, a primeira semente híbrida de milho resistente a estresse hídrico, fruto da combinação de variedades de milho convencional resistentes à seca com genes também tolerantes à falta de água. A variedade desenvolve raízes

que chegam a uma faixa do solo entre 30 e 80 polegadas (o equivalente a 76,2 e 203,2 centímetros) de profundidade, onde há mais água e nutrientes. A planta também absorve menos água em épocas mais secas.

BASF DIFERENÇA INVISÍVEL

A Basf comercializa um tipo de polímero, o Elastocoast, para aplicação em diques e quebra-mares – obras feitas a fim de evitar o avanço do mar ou de rios sobre áreas costeiras. O polímero aglutina grandes pedras, formando o revestimento aplicado sobre os diques. Por deixar brechas entre as rochas, o produto ajuda a diminuir o impacto das ondas sobre a obra – em comparação ao verificado com o uso de materiais convencionais como concreto – e as chances de a água avançar sobre a zona terrestre.

SIEMENS LIMPEZA DA ÁGUA

Há mais de cinco anos, a Siemens desenvolveu um sistema móvel de tratamento de água indicado para situações de catástrofe, quando o acesso à água limpa torna-se difícil. O SkyHydrant é dotado de um pequeno tubo que bombeia água do subsolo e faz o líquido passar por 20 mil fibras ultrafinas, liberando água potável. O produto é capaz de fornecer cerca de 700 litros por hora e tem um custo anual baixo, em torno de 20 centavos de euro por pessoa. Mais de 900 unidades estão em operação em 42 países.

NOKIA CONSULTORIA VIA SMS

A Nokia também criou um produto de baixo custo para contornar as adversidades do clima: um sistema que abastece pequenos agricultores, por meio de mensagens de celular, com previsões do tempo, preços de produtos e técnicas agrícolas, de acordo com a região onde o produtor vive. A ferramenta está disponível na Índia, Indonésia, Nigéria e China, ao custo de 1 euro por mês. Para oferecer dados úteis, a Nokia fez parcerias com agências de meteorologia, órgãos de governo e empresas de cada país. Mais de 9 milhões de pessoas já usam o serviço.

Por Clarice Couto

FONTES: EMPRESAS, UNFCCC, PACTO GLOBAL



[RADAR]

Somos todos **netos de Keynes** | Por que faz sentido, tanto do ponto de vista ecológico quanto do econômico, trabalhar menos **POR FLAVIA PARDINI***

Entre as medidas para mitigar a mudança climática – todas de implementação complicada –, uma poderia resultar não só em benefícios ambientais, mas em uma revolução econômica, isso sem falar em um salto na qualidade de vida.

Em uma época em que todos estão, sempre, atarefados, soa até herético: trabalhar menos.

Se decidíssemos coletivamente cortar a quantidade de horas trabalhadas em cerca de 0,5% ao ano até o fim deste século, seria possível neutralizar até a metade dos efeitos da mudança climática – em termos de aquecimento – que ainda não estão determinados por emissões passadas.

O cálculo, publicado recentemente pelo economista David Rosnick, do *think tank* americano Center for Economic and Policy Research [1], é mais um resultado em uma série de estudos recentes que ilustram a associação entre horas trabalhadas e emissões de gases de efeito estufa (GEE).

Em um deles, realizado em 2010, pesquisadores analisaram dados sobre trabalho, tempo de lazer e consumo de energia em residências suecas [2]. Concluíram que uma redução de 1% no número de horas trabalhadas pelas famílias suecas resulta em uma queda média de 0,8% no uso de energia – e conseqüentemente nas emissões de GEE. Ao trabalhar menos, os suecos recebem menos renda e, portanto, consomem menos.

Embora os benefícios ambientais pareçam claros, diminuir a jornada de trabalho teria impactos econômicos tão profundos que pouco se ouve falar no assunto.

O PROBLEMA ECONÔMICO

Em um ensaio sobre “as oportunidades econômicas para nossos netos”, escrito em 1930, o economista John Maynard Keynes previu que em 100 anos a humanidade teria solucionado “o problema econômico” [3].

“Pela primeira vez desde sua criação, o homem enfrentará seu problema real e permanente – como usar sua liberdade das



preocupações econômicas, como ocupar o lazer, que a ciência e a taxa de juros composta terão conquistado para ele, para viver bem, com sabedoria e de forma agradável”.

A meros 17 anos da data prevista por Keynes, ao contrário, encontramos-nos em uma “armadilha da produtividade”, na descrição dos economistas britânicos Peter Victor e Tim Jackson [4].

A produtividade do trabalho, uma das medidas mais fundamentais de sucesso econômico, é definida pela relação entre a produção, dimensionada pelo PIB, e o tempo dedicado pelos trabalhadores para que tal produção seja realizada.

Mais produtividade significa mais produção com menos horas trabalhadas.

A busca pelo lucro, a inovação, o desenvolvimento tecnológico e o acesso a recursos materiais baratos são alguns fatores por trás do aumento contínuo da produtividade. O fato de que cada trabalhador é capaz de produzir mais a cada ano significa que menos trabalhadores são necessários no ano seguinte para produzir a mesma quantidade.

Enquanto a economia cresce – ou seja, produzimos mais –, não há problema. Mas, quando não há crescimento, o resultado é desemprego – vide as economias europeias em crise. Não é à toa que o mantra dos políticos para eleger-se – e manter o *status quo* – é mais crescimento e empregos.

Reduzir a jornada de trabalho é uma das medidas sugeridas por Victor e Jackson para sairmos da armadilha da produtividade. Se cada um trabalhar menos, haverá trabalho para mais gente. A outra é investir no que eles chamam de “economia cinderela”.

São atividades em que a produtividade

do trabalho é baixa, assim como o potencial para que ela cresça. As sementes para tal economia, dizem os autores, existem em alguns empreendimentos sociais: projetos de energia comunitários, mercados de agricultores, cooperativas de alimentos, oficinas de reparos, jardinagem, treinamento, centros comunitários de saúde e exercício físico, entre outros.

Ao adotar tais medidas e desarmar a armadilha da produtividade, estaríamos também revolucionando o modelo econômico de crescimento contínuo.

Desacelerar os motores da produtividade é a necessidade atual mais premente, diz o antropólogo e ativista americano David Graeber [5]. “Nossa reação instintiva a todas as crises é assumir que a solução é que todos trabalhem mais, mas claro que essa reação é justamente o problema.”

Os nós que nos atam – dívidas insustentáveis nas esferas nacional, corporativa e pessoal e a aguda crise ecológica – são, em última análise, a mesma coisa, argumenta Graeber. “O que é a dívida, no fim das contas, senão a promessa de produtividade futura?” O aumento do endividamento significa que, coletivamente, prometemos uns aos outros produzir cada vez mais bens e serviços no futuro, alimentando as crises que podem afetar drasticamente a humanidade.

Não é suficiente atacar a questão do trabalho sem agir em outras frentes para redesenhar o sistema econômico claramente. Mas, se trabalhar menos é parte da solução, nós, indivíduos, só teríamos a ganhar.

Finalmente, como previu Keynes, poderíamos nos dedicar ao problema humano.

* JORNALISTA FUNDADORA DE PÁGINA22

[ANÁLISE]

O automóvel depois do **carrocentrismo** | Abandonando as formas arcaicas de fazer negócios, a indústria automobilística depara-se com o extraordinário potencial de transformação para colocar seus produtos a serviço da vida social

POR RICARDO ABRAMOVAY*

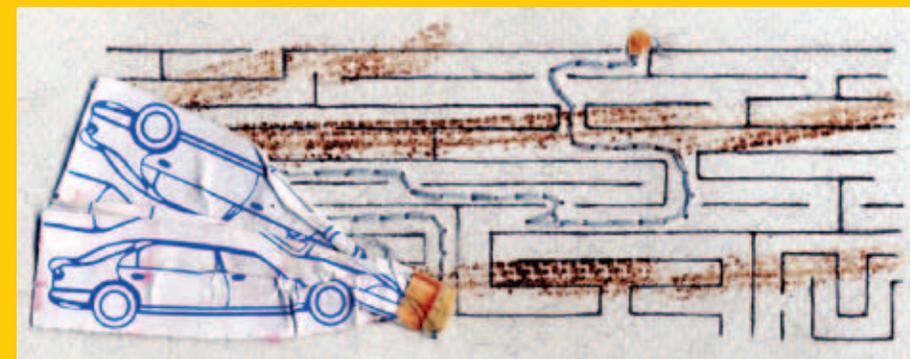
É possível recuperar o papel revolucionário que teve o automóvel individual no desenho das cidades, na mobilidade das pessoas e na própria cultura das sociedades contemporâneas? Que os carros particulares tenham perdido este papel já é hoje lugar-comum: ineficientes sob o ângulo energético, vetores do estrangulamento na circulação, responsáveis por desenhos urbanos desumanizados, é cada vez menos óbvia a associação entre esses veículos e a liberdade à qual estiveram ligados até meados do século XX.

Optar por essa forma de deslocamento, hoje, envolve um risco crescente de ver-se preso a uma caixa fechada que favorece a emergência do que cada um de nós tem de pior e que Nilton Bonder chama de autoviolência [1]. Além disso, os custos sociais (evidentemente, não pagos) do automóvel individual são exorbitantes: a Technische Universität, de Dresden [2], estima-os em nada menos que 373 bilhões de euros anuais, só na União Europeia.

Será possível então que o automóvel, síntese de algumas das mais importantes inovações do século XX, volte a ter um papel fundamental na emergência de cidades sustentáveis e deixe de ser o emblema da paralisia e do desperdício material e energético a que hoje se vincula?

A KPMG [3] e a Roland Berger [4], duas das mais importantes consultorias globais, mobilizaram suas equipes para ouvir dirigentes da indústria automobilística no mundo todo a respeito desse tema. O resultado é fascinante e mostra uma indústria com um extraordinário potencial de transformação para colocar seus produtos a serviço da vida social que, ao mesmo tempo, está diante de obstáculos cruciais, que a fazem persistir em formas arcaicas de fazer negócios.

A primeira transformação que já está em curso foi batizada pela KPMG de “carro conectado”. As mídias digitais serão decisivas



não só no funcionamento da própria máquina, mas, sobretudo, na sua ligação com as cidades, pela possibilidade de indicar onde há congestionamentos e quais os melhores horários e trajetos para evitá-los. Na segurança dos veículos e no monitoramento dos próprios motoristas, as tecnologias da informação vão desempenhar papel cada vez mais importante. A eficiência dos motores a combustão interna pode aumentar muito em razão do uso dessas tecnologias. Novos materiais (como fibras de carbono) tornarão os carros mais leves e mais econômicos.

Mas há uma segunda dimensão revolucionária do carro conectado: ela já permite que a economia da partilha ocupe lugar central no uso do automóvel. O estudo da KPMG prevê que em 2026 a partilha será, por exemplo, a opção preferida de um quarto dos brasileiros que usam transporte individual, por meio de sistemas de aluguel baseados em dispositivos móveis, como os que hoje já começam a existir em várias cidades do mundo.

A terceira transformação, mostra a Roland Berger, é que o próprio modelo de negócio das grandes montadoras globais está ultrapassado. Companhias não automobilísticas talvez estejam mais aptas a levar adiante projetos inovadores neste setor. Empresas automobilísticas são mais rígidas e hierarquizadas e mudam com maior dificuldade que as de tecnologia da

informação. O atual modelo do negócio automobilístico continua norteado pela oferta: o traço fundamental deste *push model* consiste em investir cada vez mais em novas fábricas, na expectativa de vender mais e mais carros.

O problema é que, segundo os dois estudos, o horizonte de ampliação permanente na produção e venda de automóveis individuais choca-se contra um mercado em estado de saturação. Segundo a Roland Berger, o mundo tem capacidade para produzir 90 milhões de veículos e a demanda é de apenas 69 milhões. Os dados da KPMG são basicamente os mesmos. Ao mesmo tempo, os dois estudos revelam que, no mundo todo, o carro deixa de ser a grande aspiração de consumo das jovens gerações. E, no entanto, os investimentos para ampliar a oferta, sobretudo nos países em desenvolvimento, não cessam de expandir.

Não se trata de preconizar uma sociedade sem carros. Trata-se, sim, de constatar que os avanços recentes na conectividade e na eficiência material e energética dos automóveis só ganharão sentido se estiverem a serviço de cidades organizadas em função das pessoas. E, para isso, a indústria precisa aprender a oferecer serviços de mobilidade, e não cada vez mais carros.

* PROFESSOR TITULAR DO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DA FEA E DO IRI/USP E AUTOR DE *MUITO ALÉM DA ECONOMIA VERDE*. TWITTER: @ABRAMOVAY WWW.RICARDOABRAMOVAY.COM

[1] Acesse em goo.gl/cUW9U [2] goo.gl/MVd1X [3] goo.gl/ObfnU [4] goo.gl/7Dz4P [5] goo.gl/aQM3l

[1] bit.ly/ZqhnqZ [2] bit.ly/UJpcV1 [3] bit.ly/YG9ePO [4] bit.ly/pQ6et0



Foi dada a largada

Municípios brasileiros começam a planejar e adotar medidas de adaptação. Mas, na maior parte dos casos, as ações visam resolver problemas imediatos, mais do que prepará-los para uma mudança climática profunda no futuro próximo e distante

POR THAÍS HERRERO COLABOROU LYDIA MINHOTO FOTOS AMANDA ABAD

No município de Pintadas, no sertão baiano, a maior parte da população (cerca de 10 mil habitantes no Censo de 2010) vive da criação de animais e da agricultura de subsistência. As condições climáticas, porém, não estão favoráveis. Nos últimos 50 anos, o milho e o feijão enfrentam dificuldades para crescer e a produção de leite caiu 8% – enquanto no resto da Bahia cresceu 42%. A quantidade de chuvas anuais diminuiu 30% e a temperatura subiu 1,75 grau, mais que o dobro do acréscimo médio global. Lá, as mudanças no clima já são uma realidade e afetam as atividades econômicas, como mostra estudo do projeto **Adapta Sertão**.

Os pesquisadores descobriram que vacas alimentadas com uma ração mais nutritiva produzem de 15% a 80% mais leite. Segundo o coordenador do projeto, o italiano Daniele Cesano, a iniciativa promove o que se conhece entre os cientistas como “desligamento do fator climático”. “É quando condições externas deixam de impactar a produção”, explica.

Presente em 14 municípios da Bacia do Jacuípe, Semiárido baiano, o Adapta Sertão estuda sistemas produtivos e desenvolve tecnologias para tornar os produtores mais resilientes. (ver glossário à pág. 25) É uma medida fundamental em uma região que, segundo previsões dos climatologistas, deverá ser palco de secas mais constantes e intensas.

Cesano queixa-se da falta de apoio de algumas prefeituras, como a de Pintadas, devido a burocracias e interesses políticos. Para as pesquisas e atividades, foi preciso costurar parcerias com cooperativas independentes e captou-se financiamento do Fundo Clima, do Ministério do Meio Ambiente (MMA).

Já a prefeitura de Pintadas, por meio de sua assessoria de comunicação, afirma que vê o Adapta Sertão de forma parceira e o apoiou desde sua fase-piloto, em 2006, participando do debate para a implementação e oferecendo logística para técnicos do projeto.

Tanto em Pintadas quanto em todas as cidades brasileiras, governantes devem ter clara a importância do preparo para as condições adversas que a mudança climática ocasiona – até mesmo para que esses locais não testemunhem diásporas de seus moradores rumo a municípios mais bem preparados, como os grandes centros urbanos. Isso intensificaria os problemas desses lugares já populosos.

Climatologista do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), José Marengo alerta que não há adaptação local. “Não se pode tomar medidas em uma certa cidade e deixar que as vizinhas sejam afetadas”, ensina o pesquisador, que defende a necessidade de uma política nacional para integrar diversas ações de municípios e estados.

Marengo e todos os outros entrevistados ao longo desta reportagem avaliam que as cidades brasileiras não estão bem preparadas para as mudanças no clima. “Temos mais conhecimento sobre áreas de risco, mas estamos longe de transformar isso em políticas públicas”, diz Wagner Costa Ribeiro, professor titular do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Ainda assim, apontam bons exemplos que colocam algumas cidades em vantagem sobre as outras diante dos cenários de aumento de desastres.

Previsões indicam que o principal problema nas metrópoles serão chuvas mais intensas, enchentes e deslizamentos em áreas de encostas. Já as cidades litorâneas devem se preparar para um possível aumento no nível do mar. Algumas cidades, como Recife e Rio de Janeiro, enfrentarão ambos os riscos.

Quando esses problemas se tornam reais, é sobre o poder municipal que recaem as cobranças por solução, como aponta Marcelo Gramani, geólogo do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT). “O acidente acontece na cidade, não em Brasília. Então, tudo tem de começar ali. A prefeitura precisa estar bem capacitada e ter estrutura”, diz. Entretanto, como mostra o caso de Pintadas, nem sempre é fácil “começar ali”.

DA SOMBRINHA AO GUARDA-CHUVA

Pernambuco é um dos estados de maior vulnerabilidade ao aquecimento global no País. E sua capital, uma das cidades que mais sofrerão com a elevação do nível do mar, devido à baixa altitude costeira (entre 2 metros e 4 metros acima do nível do mar) e à alta densidade populacional no litoral.

Para lidar com o maior problema local – os deslizamentos de morros e enchentes causados pelas chuvas –, a prefeitura implantou em 2001 o Programa Guarda-Chuva. Por meio dele, oferece avaliações e monitoramento em áreas de risco, pequenas obras (como drenagens) e ações educativas em escolas. As comunidades são diretamente envolvidas nas decisões para redução dos perigos. Ou seja, em vez de apenas intervir, o poder público criou laços com as comunidades e delas obteve confiança.

Esse programa, no entanto, não é oficialmente considerado uma ação de adaptação, apenas de prevenção de riscos, ainda que os assuntos estejam ligados e mesmo que se trate de um problema que deve agravar-se.

Já o estado de Pernambuco está trabalhando com o

Desenvolvido pela Rede Desenvolvimento Humano (Redeh) em parceria com a cooperativa Ser do Sertão, o Centro Clima da Coppe/UFRJ e a Universidade da Califórnia. Mais informações em adaptasertao.net

"O acidente acontece na cidade, não em Brasília. Então tudo tem de começar ali", diz geólogo do IPT



Secretário minimiza problema do aumento do nível do mar no Recife, porque o fato ainda não se concretizou

tema diretamente. Em 2011, o governo pernambucano lançou uma Política Estadual de Mudanças Climáticas [1], que prevê metas de mitigação e adaptação. Entre elas está a revisão da política de ocupação do solo para tratar das habitações em áreas de risco.

Unindo o trabalho nos dois níveis de administração – estadual e municipal –, o plano prevê que caberá aos prefeitos colocar as metas em prática. Foi com esse impulso que a prefeitura do Recife lançará até o fim do ano sua Política de Sustentabilidade e Enfrentamento das Mudanças Climáticas, com diretrizes de como implementar as metas do estado.

Maurício Guerra, secretário-executivo da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Recife, admite que as ações em andamento e as previstas na política climática estadual priorizam a mitigação como forma de lidar com as questões do dia a dia. Ele considera que o aumento do nível do mar – segundo estudos um problema já previsto para acontecer no Recife – ainda não é um fato concretizado, por isso não merece atenção. “Quando o avanço do mar for bem estudado e houver indicações mais sólidas sobre seu potencial destruidor, aí, sim, faremos uma reeleitura e uma nova engenharia de toda a cidade

[1] Acesse em bit.ly/lvA2d

■ O programa foi criado pela Articulação do Semiárido (ASA) e incorporado pelo governo federal. A meta era entregar 1 milhão de cisternas até 2008, mas, segundo a ASA, não foi atingida devido à inconstância de repasses públicos

do Recife, de sua ocupação e drenagem. Por ora, isso não é a nossa realidade”, atenua.

DO CÉU PARA A CISTERNA

Já no Nordeste, a realidade é a seca. Governo atrás de governo lança programas para amenizá-la, como o **1 Milhão de Cisternas** ■, que instala grandes caixas nos quintais das casas para guardar a água que cai na temporada das chuvas. Até fevereiro, haviam sido entregues cerca de 419 mil cisternas.

Sem que tenha sido concebido com esse objetivo, o programa pode ser enquadrado como medida adaptativa. Segundo Saulo Rodrigues Filho, coordenador da sub-rede Desenvolvimento Regional da Rede Clima, isso acontece com algumas ações do poder público. “Políticas de desenvolvimento e inclusão social têm efeito positivo também na adaptação, porque melhoram a condição de vida da população”, diz.

O programa das cisternas não é a solução para a seca, mas é parte da solução, porque atualmente já não existe uma perspectiva de combate à estiagem. É a mesma lógica da adaptação, aponta Marengo. “Não vamos combater o clima ou a seca. Nunca vamos ganhar da natureza”, observa. O maior problema desse programa, aponta, é a dependência de uma estação chuvosa. Em um futuro de extremos climáticos, as estiagens podem se prolongar e as reservas obtidas com a chuva não darão conta. Desde 2011, a pior estiagem dos últimos 50 anos atinge o sertão do Nordeste, demonstrando que essas previsões estão mais próximas do que se imagina.

REDESENHO URBANO

No artigo “Impactos das mudanças climáticas em cidades no Brasil” [2], o professor Ribeiro afirma que combater a exclusão socioambiental é a primeira medida para poupar vidas humanas vulneráveis à intensificação de eventos extremos, visto que boa parte da população de baixa renda vive em áreas de elevado risco.

“Temos uma dívida social antiga. É o momento de aproveitar a oportunidade para não repetir as atrocidades do passado recente. Temos de pensar novos modelos de moradia que protejam as pessoas de catástrofes climáticas”, disse Ribeiro em entrevista a PÁGINA22. Como “atrocidades”, cita a intensa urbanização nos últimos 50 anos que gerou extrema valorização imobiliária nos centros e empurrou a população pobre para a periferia e locais de risco, como fundos de vale, encostas íngremes e imóveis sem manutenção.

Marcelo Gramani, do IPT, concorda que é hora de mudar a forma de construir moradias. “Vamos continuar construindo cidades que não se adaptam ao meio físico ou vamos trabalhar com as novas tecnologias e materiais para intervir o mínimo possível em uma área de encosta? É uma decisão que a sociedade tem de tomar. A moradia tem de se adaptar ao terreno, não o terreno à moradia”, recomenda.

Segundo dados do IPT, de 2009 a 2011, só na capital paulista foram identificadas 407 áreas de risco em encostas e margens de córregos sujeitos a escorregamentos e com processos de erosão. Desde abril, o IPT mapeia outras áreas de risco em 31 cidades do estado de São Paulo.

Trabalhos de identificação como este são parte da etapa inicial do processo de adaptação, juntamente com a previsão dos cenários climáticos. Com essas

[2] Disponível em bit.ly/10x1K

informações, é possível analisar riscos e propor ações, como a elaboração de planos diretores municipais ou estaduais. Para José Marengo, o Brasil ainda está nas fases iniciais. Os estudos de risco e previsões ainda são novos e estão começando a avançar. “Por isso, somos reativos aos desastres”, afirma.

Só que a natureza não espera que nos preparemos. Foi só depois das **chuvas extremas de 2009** ■ que o governo federal anunciou a criação do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (**Cemaden**) ■. As operações só começaram, no ritmo de 24 horas por dia, em dezembro de 2011. Não deu tempo de prever uma das maiores catástrofes climáticas do País, em janeiro daquele ano. Enxurradas atingiram a Região Serrana do Rio de Janeiro e deixaram mais de 900 pessoas mortas e 35 mil desabrigadas.

TERRA DA (MUITA) GAROA

Já na maior cidade do País, estudos mostram que o clima já mudou e, desde 1930, as chuvas extremas têm intensidade de precipitação de três a quatro vezes maior. Os alagamentos hoje custam R\$ 750 milhões anuais a São Paulo.

Ampliar, então, a capacidade de absorção de água é uma das ações de adaptação necessárias na cidade. Para Wagner Costa Ribeiro, da USP, os **parques lineares** ■ cumprem papel crucial ao melhorar a permeabilidade do solo, minimizar enchentes e proteger cursos d’água.

“Além disso, caracterizam-se pela reintrodução de espécies que lá viviam e recebem equipamentos que os tornam aprazíveis centros de lazer para a população

■ Chuvas provocaram destruição no Norte e no Nordeste, além de 29 mortes. Maranhão e Piauí foram os mais afetados, com centenas de milhares de desabrigados por causa das enchentes. Na virada do ano de 2009 para 2010, deslizamentos deixaram 53 mortos em ilhas de Angra dos Reis (RJ)

■ O Centro monitora 310 municípios por meio de pluviômetros, imagens de satélites, radares meteorológicos e análise de solo para gerar informação sobre áreas de risco de enchentes ou deslizamentos

■ Projeto previsto no Plano Diretor de São Paulo, visa recuperar áreas de vegetação que ocorrem nas margens de rios e mananciais. Um deles, por exemplo, está na Represa do Guarapiranga

do entorno”, diz. O único desafio que o programa deve resolver é quanto às desapropriações. Em seu artigo, escreveu: “A nova localização das habitações deve propiciar aos moradores manter os vínculos com a área anterior, já que é nela que eles encontram trabalho e possuem vínculos culturais e afetivos.

PÉ NO PRESENTE

Como provam as cidades brasileiras, há algumas ações que contemplam a necessidade de adaptação ao futuro, mas a maioria ainda tem os pés fincados no pre-

sente, e para a resolução das deficiências emergenciais.

Ao avaliar o preparo das cidades brasileiras para adaptação, Carlos Nobre, secretário de Políticas e Programas de Pesquisa e Desenvolvimento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), membro do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima (IPCC), sublinha que um tema crucial é a adaptação ao clima atual. “O passivo em políticas de adaptação à mudança climática não começa com as políticas para o futuro, mas sim como um passivo de adaptação ao clima de hoje”, conclui. [\[2\]](#)

SEGUROS

Risco sim, mas com parcimônia

Seguradoras e resseguradoras mapeiam áreas mais vulneráveis a eventos climáticos, buscam aumentar base de clientes e intensificam cobrança sobre governos

POR CLARICE COUTO

Há menos de dois anos, durante um encontro sobre seguros para jornalistas brasileiros, o presidente da Allianz Risk Transfer da Holanda (divisão dedicada a oferecer seguros e resseguros sob medida para clientes corporativos), John Arpel, mencionou duas frases que dizem muito sobre a forma como seguradoras e resseguradoras pretendem lidar com as cada vez mais frequentes catástrofes naturais. “Quanto maior o risco, maior a recompensa” foi a primeira delas. “As perdas de poucos são cobertas pelos prêmios de muitos”, a segunda. O tsunami no Japão, os tornados nos Estados Unidos e as enchentes no Brasil deixam claro: riscos não faltam. Quanto ao segundo ponto, conquistar mais clientes para cobrir as despesas de quem aciona o seguro, há muito espaço para avançar.

Os terremotos na Itália em maio de 2012, ainda que não relacionados à mudança climática, são uma mostra de como a penetração dos seguros, mesmo em países onde desastres naturais são inerentes à sua condição, ainda é baixa. O incidente, causado pela proximidade da Itália às placas tectônicas que unem África e Eurásia, gerou um prejuízo de US\$ 16 bilhões, dos quais só 10% foram amortizados pelas seguradoras. Em comparação, dos US\$ 70 bilhões em perdas geradas pela tempestade tropical Sandy, que atingiu Nova York, o

total de US\$ 35 bilhões foi pago por prêmios de seguros privados (de US\$ 20 bilhões a US\$ 25 bilhões) e públicos (quantia restante).

O Brasil, assim como a Itália, é visto pelo setor como alvo. Para esses mercados, a estratégia é oferecer aos governos e à iniciativa privada linhas que, acionadas, transfiram o ônus financeiro das catástrofes às seguradoras. O grupo Swiss Re, um dos maiores do mundo em seguro e **resseguro** [▲](#) divulgou em 2011 um estudo específico sobre as enchentes brasileiras. Nele, alertou para o salto de 75% no número de incidentes desse tipo na última década, chegando a quase 35 entre 2000 e 2009, e para os custos econômicos para Estado e empresas decorrentes das enchentes, como a de Santa Catarina, que acarretou perdas estimadas em US\$ 400 milhões.

A Swiss Re não é a única a jogar apontando os riscos e “estendendo a mão”. A Munich Re, maior companhia de resseguros do mundo, publicou em 2011 o documento *Mapa-Múndi dos Desastres Naturais*. Nele, indica as zonas de ocorrência de ciclones e terremotos, assim como as áreas com prováveis aumentos de secas, enchentes e elevação do nível do mar. O HSBC, cujo portfólio também inclui seguros para pessoas e empresas, lançou em 2009 um abrangente

▲ Adquirido pela seguradora e acionado quando esta é amplamente demandada pelos clientes



levantamento no qual avalia a vulnerabilidade climática dos países do G20 até 2020 – com um capítulo especial sobre o Brasil.

“Algumas resseguradoras desenvolveram ferramentas para mapear as áreas do planeta com maior incidência de catástrofes naturais. Além disso, uma espécie de atlas das inundações está sendo desenvolvido pela National Water Agency [agência americana de água]. Tudo isso certamente vai apoiar o setor a rever o acúmulo de riscos”, diz o presidente da Allianz Seguros no Brasil, Edward Lange.

Se, de um lado, as seguradoras fazem campanha para os “desavisados”, de outro, endurecem o tom com autoridades de países onde seguros são amplamente vendidos – e acionados. Em janeiro, uma reportagem do *The Wall Street Journal* mostrou a Munich Re criticando o governo americano pela “insuficiente” infraestrutura na zona costeira do país voltada para a proteção das cidades contra desastres naturais – em uma clara alusão à tempestade tropical Sandy.

Mesmo no Brasil, as seguradoras já estão “chiando” pelo aumento crescente dos prêmios pagos em função de problemas climáticos. Durante a última temporada de chuvas (entre novembro de 2012 e fevereiro deste ano) no estado de São Paulo, a Mapfre viu o volume de automóveis classificados como “perda total” aumentar em 15% em relação ao período anterior, chegando a 700 carros.

Difícil é entrever o limiar entre ganhar mais clientes e ter perdas “administráveis”. Lange, da Allianz, explica que apólices relacionadas a catástrofes são precificadas com base em um modelo de catástrofe: um *software* que simula eventos naturais para milhares de anos à frente. Assim, as seguradoras conseguem determinar a máxima perda possível entre 2 e 10 mil anos. Isso elimina a possibilidade de um balanço no vermelho? Não. Mas, nas palavras de Lange, “fica mais difícil errar”. Baseado nesse modelo, Arpel, da Allianz Risk Transfer da Holanda, diz que a maioria das seguradoras tem capital para perdas de até 100 anos.

Por enquanto, o setor parece estar longe de níveis perigosos de solvência. O furacão Katrina, que em 2005 arrasou a cidade americana de New Orleans, rendeu às seguradoras a pior perda por catástrofe da última década: US\$ 41 bilhões. No ano anterior, porém, o setor tinha um patrimônio líquido de US\$ 400 bilhões em excedente de segurados (capital dos acionistas). Ou seja: apesar de o Katrina ter consumido uma quantia monumental das seguradoras, o prejuízo equivalia a apenas 10% do total. “As taxas de prêmio [cobradas dos clientes] foram ajustadas após o evento para recompor o excedente”, diz Arpel. “Em geral, não há risco ruim. Se o cliente estiver disposto a pagar o devido preço, sem dúvida haverá capacidade [leia-se recursos] à disposição.” [\[2\]](#)

O preço da hortaliça e a volta da inflação

Uma coisa é uma coisa. Outra coisa é outra coisa, já disse alguém **POR TÃO GOMES PINTO***

O preço do tomate foi outro dia assunto de capa de duas revistas semanais. Que os preços estão subindo é percebido por qualquer frequentador de um supermercado. E isso vem desde o ano passado. O fato é que, de tanto ler e ouvir sobre o tomate, corri à estante e retirei de lá alguns livros do tempo em que na Faculdade de Direito havia uma cadeira, a de Economia Política. Nem sei se hoje nas escolas jurídicas do País sobrevive a tal cadeira.

Era útil e eu provo isso agora, quase 40 anos depois, quando me sinto habilitado a declarar que a alta do tomate não significa inflação. Está lá, nos livros de um mestre como Ignácio Rangel, ou nas sempre bem humoradas análises econômicas de John Kenneth Galbraith. Este último, além disso, lembra muito seriamente que a inflação não é o entrave principal ao avanço econômico.

Ela não é a causa, mas, sim, consequência de fatores sociais e políticos de raízes profundas, quando a baixa produtividade de um país se deve à proliferação “grupos não funcionais”. Ou seja, instituições que não estão envolvidas na produção de bens. Por exemplo, a classe política em geral e boa parte dos agentes fiscalizadores do governo. Igualmente, poderíamos colocar nesse balaio os militares – a não ser quando estão em guerra – e, junto com eles, uma leva de negociantes monopolistas e similares e os especuladores em geral. O pessoal do chamado “mercado”.

Nos relatos dos tempos medievais não existem referências ao fenômeno inflacionário. Este começa com a criação do sistema bancário, precursor do mercado. Toma ares dramáticos no início do século XX, durante a Guerra de 1914, na França. Para evitar abrir mão do ouro, o governo corria aos bancos pedindo adiantamentos. Os governantes não percebiam que a guerra era financiada pela emissão ilimitada de notas. Na Alemanha, como na França, a inflação desenfreada também começa com a guerra. Os alemães, por volta de 1920, passaram a atribuir às emissões do Reichsbank o dinamismo da sua economia. Deu no que



deu. Nos Estados Unidos, registrou-se uma tendência para as facilidades de crédito já no governo Roosevelt, e que persiste até hoje. Também deu no que deu: a enorme e recente crise das hipotecas imobiliárias.

Os governantes tratam de arrumar remédios não para a raiz do problema, mas para os seus efeitos. Essa medicação implica cortes orçamentários, elevação tributária, desemprego e restrições que acabam afetando o investimento. São os medicamentos ortodoxos, como se diz em economês. Se o aperto passa da conta, é considerado excessivo, e os especialistas recomendam um afrouxamento nas medidas. O resultado tem sido o aumento da velocidade da inflação.

Se nos recusamos a aceitar o preço do tomate para, simbolicamente, definir o que é a inflação, fica a pergunta. O que é a inflação? Seja grande, seja pequena, seja moderada, seja galopante (adjetivo muito usado), ela consiste no lançamento em circulação de meios de pagamento para além das necessidades de momento.

Em alguns países da América Latina, tem o nome de “empapelamiento”. É disso que se trata. Fazer uma moeda fictícia, quase sempre de papel. É o que tem acontecido ao longo da história, seja com o marco alemão, seja com os rublos, os francos, os pesos, os cruzeiros etc.

As moedas da Zona do Euro, por enquanto, estão submetidas a um controle rígido, uma política hiperortodoxa, que nada mais é que o velho e tradicional corte de gastos. A inflação está contida nos países do grupo em torno de 2%. O resultado tem sido terrível para a economia desses países.

Em Portugal, por exemplo, o desemprego

passa de 950 mil de pessoas. Na Espanha, 26% da infância encontra-se enredada na teia da pobreza, que avança sobre a quarta maior economia do euro. O *El País* informa que os bancos de alimentos não dão conta de atender a demanda: estima-se que 1,3 milhão de espanhóis dependem de ajuda para comer. A cada 15 minutos uma família é despejada em Madri, Barcelona ou em algum outro ponto do país. Em Portugal, em muitas repartições públicas, papel higiênico deve ser trazido de casa.

Por aqui, a verdade é que o governo, pressionado pelo calendário eleitoral, recusa-se a trazer a crise para dentro do País. A redução de investimentos, no entanto, não pode ser contestada. O “pibinho” de 2012 mostra isso. Mas os defensores do “Estado mínimo” põem a culpa na insegurança jurídica, no excesso (ou na ausência) de normas reguladoras, na burocracia. Seriam mais honestos se admitissem que o capital, medroso por sua natureza animal, deixa-se levar pelo seu furo.

No sentido contrário, já existe um grupo articulado de economistas midiáticos que contra-ataca a própria mídia. De um artigo de um deles tirei as seguintes frases:

1. De cada três palavras difundidas pelo noticiário, uma é juro.
2. Colunistas se ressentem de demissões frescas. Implora-se por números azedos para servir no café da manhã. E é preciso abrir espaços à incerteza no jantar.

E prossegue sua arenga: “(...) abengalados ora no quilo do tomate, ora na novena pervertida em prol da seca nos reservatórios, seu futuro pressupõe que o emprego, a casa, a comida, o salário e o crédito sejam tragados em uma gigantesca restauração rentista, que solde a economia ao comboio do abismo”.

Um texto ideológico, claro ou claríssimo, até certo ponto refinado (vide a expressão “abengalados”). Mas que não ajuda em nada na nossa questão central: o que é afinal de contas essa tal de inflação?

*** JORNALISTA, FOI UM DOS FUNDADORES DO JORNAL DA TARDE E TRABALHOU NAS REVISTAS VEJA, ISTOÉ E MANCHETE**

Os inesquecíveis dias de glória do tomate

Da banal salada às bolsas de valores, o fruto virou sinônimo de sofisticação, fez a maçã da Apple perder seu posto e os investidores saírem do vermelho **POR EDUARDO SHOR***

Xeque-tomate. A última jogada do frango xadrez, no tabuleiro da baiana ou na estratégia do enxadrista russo. Na travessa de salada, fim da linha para o rubro fruto. Sinal vermelho. Pode sugerir ao restaurante que fez do alimento a base dos seus melhores pratos para dar férias coletivas – e deixar o cozinheiro de molho. Com o preço que se tem cobrado em qualquer mercado, fruto proibido no cardápio de quem leva a gastronomia na ponta do lápis. É inflação de corar as maçãs do rosto e fazer a cebola arder nos bolsos.

Imagina na Copa? Pimenta na língua do Messi é refresco, chute na canela do argentino. Os organizadores do torneio não vão entregar o troféu de ouro ao campeão. Ao vencedor, as batatas. Ou melhor, os tomates. Conservem-nos bem refrigerados, longe das mãos ladras que poderiam derretê-los qual uma Jules Rimet indefesa. Quem sabe até fatiá-los, temperá-los com sal e azeite, misturá-los ao leite de rúculas e saboreá-los no Paraguai?

Recomendação para zagueiro da seleção nacional: se a bola se aproximar da área, espirra longe, de qualquer jeito. Manda na Lua, na atmosfera, em Marte, o planeta mais tomate do universo, observado a olho nu em um céu assim, meio ovo estrelado. Chega a dar fome.

Na política ambiental, o partido está verde. Na Venezuela, Nicolás, Maduro. Em algum lugar – se procurar encontra – os frutos estão podres. Nesta terra, tudo o que se planta dá. Estão querendo devorar a América Latina. Ou já devoraram? Ainda é tempo de dar no pé. Joga tomate no Feliciano. Joga não, que ele não merece.

Joga caqui que é parecido e mais barato.

O tomate encareceu junto com as empregadas domésticas no orçamento do brasileiro. Está faltando tomate na cozinha e está faltando quem os prepare. Tomate a gente até troca por berinjela, cenoura, alho-poró, batata-doce, lasanha semipronta. Mas quem vai pendurar roupa no varal, lavar a louça, passar a vassoura na casa, botar a mesa do café, dar o beijinho de boa noite nas crianças?

É tempo de botar a mão na massa. Em julho, vamos receber o papa sem tomates. Apesar de ele não ser italiano, deve estar acostumado aos pratos de Roma, às azeitonas pretas, aos molhos ao sugo, à bolonhesa, à pizza napolitana. Movimenta a torre, o cavalo, põe o rei na barriga com o bispo e capricha no cardápio do papa. Xeque-tomate. Parcela no cartão de crédito, cadastra no débito automático. Na feira, estão aceitando carteirinha de estudante, embora a placa seja de *um quilo a dez real*. O que importa? Educação nunca foi o nosso forte.

Diminui o tamanho do produto para ver se o preço encolhe. Vai um tomate-cereja, freguesa? Alô, ervilha, alô, milho, alô, tomate? O fruto virou sinônimo de sofisticação. A maçã da Apple perdeu o posto. Os computadores, os *smartphones*, os *tablets* serão produzidos agora sob a marca do símbolo dos novos tempos. *Think Tomato*.

O tomate é chique, refinado. A alface está enciumada, também o pepino em rodela, a cenoura em cubinhos, a maionese tradicional. O velho companheiro os trocou pelo caviar, pratos de *escargot*, goles de

whisky escocês legítimo. Nos restaurantes de São Paulo, os assaltantes fazem arrastão procurando pelas joias, o dinheiro e as dúzias de tomate na geladeira.

Mãos ao alto! Mate, não mate. Compaixão. Tomate tem as mesmas letras de “te amo”. É afrodisíaco na ortografia, subliminarmente poético. Embaralhe e desembaralhe as letras, segundas intenções ao sabor do dicionário. Levado ao forno, aquece o coração. Se bem preparado, a cozinheira ou o cozinheiro pode casar, costuma-se dizer. Há gente que serve o alimento na mesa, outros levam na cama. Sobre o jogo americano ou sob os lençóis, vai depender de onde deseje chegar.

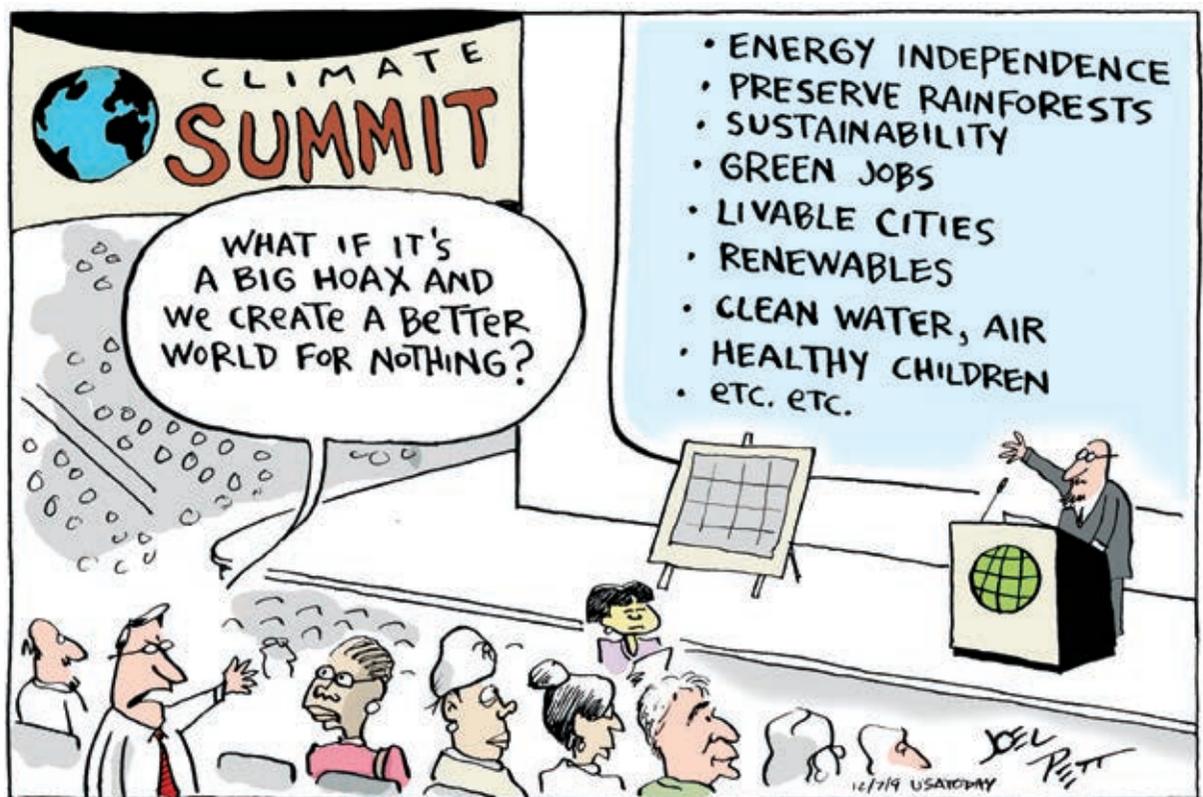
Se você ganhar um tomate do namorado, pode desconfiar de que seja declaração de amor, pedido de noivado. Periga valer mais do que aliança cravejada de diamantes. É recomendado apenas não colocar no dedo, por ser pouco anatômico. O que as celebridades estão fazendo é sair por aí com tomates pendurados no pescoço para chamar a atenção da mídia. Melancia perdeu o espaço.

Os investidores têm trocado o hábito de poupar pela polpa, natural ou em caixinha. Dólar, imóveis, cabeças de gado, renda fixa e o Ibovespa ficaram de lado na carteira daqueles que almejam multiplicar o capital. Restou a ironia de o capitalismo recorrer ao puro vermelho para crescer. Xeque-mate.

Ah, agora que tudo voltou ao normal, o tomate vai sentir saudades daqueles dias de glória.

*** JORNALISTA**





Sem arrependimentos

Enquanto isso, em mais uma Cúpula Climática (*Climate Summit*), pessoas debatem iniciativas e decorrências do combate ao aquecimento global. A lista segue longa (independência energética, preservação das florestas tropicais, sustentabilidade, empregos verdes, cidades habitáveis, fontes renováveis, água e ar puros, crianças saudáveis etc.), até que o cético, admirado, pergunta à colega: "E se tudo isso [a mudança climática] não passar de uma brincadeira e criamos um mundo melhor por nada?".

O autor, Joel Pett, é cartunista e gentilmente cedeu a PÁGINA22 o direito de reproduzir uma de suas criações mais populares. Recebeu em 2000 o Prêmio Pulitzer na categoria cartum editorial e ilustra o jornal *Lexington Herald-Leader*. Conheça mais seu trabalho em newseum.org/pett. – POR LETICIA FREIRE



FÓRUM LATINO AMERICANO DE ADAPTAÇÃO ÀS MUDANÇAS DO CLIMA

26 DE JUNHO DE 2013 EM SÃO PAULO - SP

Qual o papel do Setor Privado para a implementação de uma agenda consistente de Adaptação às Mudanças do Clima na América Latina?

Quais são as iniciativas, instrumentos e boas práticas do setor privado para lidar com os riscos e oportunidades de negócios frente à mudança do clima?

O GVces, em parceria inédita com o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC- Programa Nairóbi), realizará o primeiro **Fórum Latino Americano de Adaptação às Mudanças do Clima**. Com a participação de representantes do setor privado da América Latina, de governos e de organizações da sociedade civil, o principal objetivo do Evento é promover o fortalecimento de ações em adaptação às mudanças do clima como parte da estratégia de negócios das empresas latino-americanas, identificando iniciativas, instrumentos e boas práticas existentes.

Sua empresa pode apoiar essa iniciativa.

Saiba mais em www.fgv.br/ces ou pelo telefone +55 11 3799-3502



Use bem seu dinheiro,
esse é o melhor jeito de

realizar

seus sonhos.

Quem tem uma relação saudável com o dinheiro consegue realizar seus sonhos com mais tranquilidade. Para ajudar você nessa mudança, criamos um novo site e os guias de uso consciente do dinheiro. Você vai ver, com essas dicas seu futuro pode mudar para melhor. **Mude. E conte com o Itaú para mudar com você. :-)**

www.itaú.com.br/usoconsciente

Itaú. Feito para você.

Itaú